



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IREL/UnB**

FLÁVIA BATISTA DA SILVA

**MEGAEVENTOS ESPORTIVOS COMO FERRAMENTAS DE *SOFT POWER* E
DE PROJEÇÃO INTERNACIONAL: O BRASIL E A COPA DO MUNDO DE
FUTEBOL DE 2014**

**BRASÍLIA – DF
2018**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IREL/UnB

FLÁVIA BATISTA DA SILVA

**MEGAEVENTOS ESPORTIVOS COMO FERRAMENTAS DE *SOFT POWER* E
DE PROJEÇÃO INTERNACIONAL: O BRASIL E A COPA DO MUNDO DE
FUTEBOL DE 2014**

Monografia apresentada à banca do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito para conclusão da disciplina de “Dissertação em Relações Internacionais” e como item opcional para obtenção do título de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Maria Pechir Gomes Manzur.

Brasília

2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IREL/UnB

FLÁVIA BATISTA DA SILVA

**MEGAEVENTOS ESPORTIVOS COMO FERRAMENTAS DE *SOFT POWER* E
DE PROJEÇÃO INTERNACIONAL: O BRASIL E A COPA DO MUNDO DE
FUTEBOL DE 2014**

Monografia apresentada à banca do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito para conclusão da disciplina de “Dissertação em Relações Internacionais” e como item opcional para obtenção do título de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Aprovada em: 11/07/2018

Banca examinadora:

Profa. Dra. Tânia Maria Pechir Gomes Manzur
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Vânia Carvalho Pinto
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Finalizar este trabalho representa a concretização de um desejo pessoal em relacionar a minha área de estudos com o meu maior interesse pessoal que é o futebol e especificamente, o Clube de Regatas do Flamengo. Para uma mulher como eu, escrever sobre futebol e sua consonância com as Relações Internacionais representa a quebra de um estereótipo que foi muito presente em minha vida, segundo o qual “futebol não é coisa de mulher”. Em um país como o Brasil, onde ainda permanecem visões sexistas sobre a relação de mulheres com o futebol, ser uma mulher livre para escrever o que quiser na Academia é algo bastante alvissareiro. Com este trabalho, pode-se compreender que o lugar de uma mulher brasileira, estudante de Relações Internacionais, é também escrevendo, comentando e praticando o futebol, e ademais disso, investigando como o futebol e os megaeventos esportivos adquirem relevância como instrumentos de *soft power* e promoção de imagem internacional.

Ao longo dessa trajetória gostaria de agradecer primeiramente a Deus por tudo que Ele fez e faz por mim. Estendo esses agradecimentos à minha família, em especial à minha mãe, ao meu pai e à minha irmã, sem os quais eu não teria chegado a lugar nenhum e talvez nem teria concluído o curso. Entrar na UnB representou muito para minha família, pois eu fui a primeira da família a ingressar em uma universidade pública, antes mesmo de terminar o ensino médio. Agradeço por todo investimento feito em mim e nos meus estudos, espero um dia poder demonstrar que nada disso foi em vão. Além disso, gostaria de agradecer de coração à minha orientadora, Tânia Manzur, que tanto me ajudou na formulação e concretização do presente trabalho. A senhora é minha musa inspiradora e nada disso seria o mesmo sem os seus apontamentos.

Também agradeço aos meus amigos que fizeram essa jornada de quatro anos de Universidade de Brasília um pouco mais leve e, em especial, àqueles que se dedicaram em revisar este trabalho, mesmo não ganhando nada com isso. Sem vocês esse trabalho estaria aquém do desejado! Agradeço também aos seguintes amigos em especial: Marlo Junior, Nathan Simões, Fernanda Medeiros, George Harisson e Matheus Dias, que foram muito importantes nesse momento de escrita do meu trabalho de conclusão.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao Flamengo por existir e me fazer amar o mundo do futebol. Uma vez Flamengo, Flamengo até morrer!

“Eu teria um desgosto profundo se faltasse o Flamengo no mundo, ele vibra, ele é fibra, muita libra, já pesou. Flamengo até morrer, eu sou”.

- *Hino do Flamengo*

“O esporte é atualmente o espelho através do qual as nações, os homens, as mulheres e as classes sociais se veem. A imagem é, de certa forma, brilhante, às vezes escura, às vezes distorcida e às vezes ampliada. Este espelho metafórico é uma fonte de regozijo e de depressão, de segurança e de insegurança, de orgulho e de humilhação, de união e de desunião”.

- *Mangan*

RESUMO

Esta monografia está situada no campo dos estudos da Análise de Política Externa (APE) e Política Externa brasileira. O presente trabalho pretende analisar os megaeventos esportivos como ferramentas de política externa dos países, de forma a promover a sua imagem internacional e aumentar o seu *soft power*. Defende-se, que por meio de tais eventos, os países procuram projetar-se internacionalmente, aumentando o seu poder atrativo e o seu prestígio internacional. Para isso, analisar-se-á, mediante um estudo de caso, as intenções da diplomacia brasileira com a promoção da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Argumenta-se que esse evento foi utilizado com o objetivo intencional de incrementar o *soft power* brasileiro e de passar uma imagem internacional de prestígio, principalmente por meio da agregação de novos atributos à imagem internacional do País, a exemplo da economia forte e vibrante, da estabilidade da democracia, da justiça social e da cultura de paz.

Palavras-chave: Megaeventos Esportivos, Esporte, Política Externa, *soft power*, imagem internacional, projeção internacional, Copa do Mundo;

ABSTRACT

This research is located in the field of Foreign Policy Analysis (FPA) and Brazilian Foreign Policy. This paper aims to analyze sporting mega-events as foreign policy tools of the states in order to promote their international image and increase their soft power. It is argued that through such events, countries seek to project themselves internationally, increasing their attractiveness and international prestige. As to do so, a case study will analyze the intentions of Brazilian diplomacy with the promotion of the 2014 FIFA Football World Cup. It is argued that this event was used with the intentional aim of increasing Brazilian soft power and of passing an international image of prestige, mainly through the aggregation of new attributes to the international image of the Country, such as the strong and vibrant economy, the stability of democracy, the social justice and the culture of peace.

Keywords: Sports Mega-Events, Sport, Foreign Policy, soft power, international image, international projection, World Cup;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - As três dimensões da Análise de Política Externa.....	20
Figura 2: Teoria dos papéis: elementos	32
Figura 3: Focos da Diplomacia da Bola no mundo	50
Figura 4: Brasil exhibe camisas com a logo da Copa de 2014 ao ser Campeão da América em 2007	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Megaeventos esportivos em países emergentes (2008-2022).....	30
Tabela 2: O petit comité brasileiro (2006-2014)	61
Tabela 3: Mensagens perpassadas por megaeventos esportivos	75
Tabela 4: Construção da mensagem/imagem brasileira para a Copa de 2014	77

LISTA DE ABREVIATURAS

CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CGCE	Coordenadoria-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
FIFA	Federação Internacional de Futebol
MRE	Ministério das Relações Exteriores
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 APORTE TEÓRICO: MEGAEVENTOS ESPORTIVOS COMO FERRAMENTAS DE <i>SOFT POWER</i> E DE PROMOÇÃO DE IMAGEM INTERNACIONAL.....	18
2.1 QUESTÕES TEÓRICAS GERAIS: ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA (APE), DIMENSÃO DA ANÁLISE E MODELO TEÓRICO	18
2.1.1 Dimensão da Análise	20
2.1.2 Modelo de análise: modelo de Políticas Burocráticas ou Governamental e a dinâmica dos pequenos grupos	21
2.2 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS COMO FERRAMENTA DE <i>SOFT POWER</i> ..	23
2.2.1 O poder nas relações internacionais: o conceito de soft power segundo Nye (2004)	23
2.2.2 Soft power: a segunda face do poder	25
2.2.3. A sediação de megaeventos esportivos como ferramenta de soft power	27
2.2.3.1. Sediando os megaeventos esportivos: um exercício de soft power.....	28
2.3 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E A PROMOÇÃO DE IMAGEM: A QUESTÃO DO PRESTÍGIO INTERNACIONAL	30
2.3.1 A projeção internacional por meio da promoção de imagens	31
2.3.2 O prestígio internacional: elementos	33
2.3.2.1. Definindo prestígio internacional	33
2.3.2.2. Elementos constitutivos.....	35
2.3.3 A projeção internacional por meio dos megaeventos esportivos.....	36
3 UTILIZAÇÕES PRÁTICAS DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS COMO FERRAMENTAS DE PROJEÇÃO INTERNACIONAL E <i>SOFT POWER</i>	39
3.1 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS MUNDIAIS: AS OLIMPIADAS DE PEQUIM DE 2008 E A COPA DO MUNDO DA ÁFRICA DO SUL EM 2010	39
3.1.1 As Olimpíadas de Pequim em 2008: o marco da ascensão chinesa como potência.....	42
3.1.2 A Copa do Mundo da África do Sul em 2010: o renascimento internacional da África	44

3.2 A DÉCADA DO ESPORTE NO BRASIL: A DIPLOMACIA DA BOLA E A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO PAÍS.....	48
3.2.1 O governo Lula e o esporte: o futebol como eixo de soft power na política externa brasileira.....	48
3.2.1.1 O “Jogo da Paz” de 2004.....	50
3.2.1.2 Os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos de 2007.....	52
3.2.1.3 A criação da CGCE e a operacionalização da diplomacia da bola.....	53
3.2.2 Dilma Rousseff e a efetividade da diplomacia da bola e do esporte: Os V Jogos Mundiais Militares de 2011(JMMs) e a Copa das Confederações de 2013.....	54
3.2.2.1 Os V Jogos Mundiais Militares de 2011 (JMMs): o passo final rumo à Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.....	56
3.2.2.2 A Copa das Confederações de 2013.....	57
4 A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014 COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DO <i>SOFT POWER</i> E DA IMAGEM INTERNACIONAL DO BRASIL (2006-2014).....	59
4.2 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE GRANDES EVENTOS NO BRASIL COMO INSTRUMENTOS DE <i>SOFT POWER</i> E PROJEÇÃO INTERNACIONAL.....	62
4.3 A CANDIDATURA E A ESCOLHA DO BRASIL COMO SEDE DA COPA DO MUNDO DE 2014 (2006-2010): O INÍCIO DA FORMULAÇÃO E DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA PARA A COPA.....	63
4.3.1 A candidatura brasileira para a Copa: Brasil como candidato único.....	63
4.3.2 A escolha do Brasil como sede da Copa de 2014.....	64
4.3.3 “A Copa Do Mundo é Nossa”: operacionalizando os objetivos (2008-2010) .	66
4.4 A COPA DAS COPAS (2011-2014): A COPA DE 2014 COMO FERRAMENTA DE <i>SOFT POWER</i> E PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL.....	69
4.4.1 O estabelecimento da cooperação esportiva: megaeventos esportivos como promotores de cooperação.....	70
4.4.2 A implementação da política externa para a Copa: uma análise do Plano de Promoção do Brasil.....	73
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
5 CONCLUSÃO.....	79

REFERÊNCIAS	81
--------------------------	-----------

1 INTRODUÇÃO

O estudo do esporte e sua influência nas Relações internacionais¹ ainda é marginalizado pelas teorias dominantes da disciplina (ALLISON; MONNINGTON, 2002). Contudo, isso vem sendo questionado ao longo dos anos, dado que, cada vez mais, comprova-se que o esporte influencia diretamente a política internacional. Um exemplo claro disso foi visto nas últimas Olimpíadas de Inverno de 2018, ocorridas na Coreia do Sul (ANDRIOLO; GOZZER, 2018). Nesse megaevento esportivo, algo surpreendente aconteceu: pela primeira vez na história, a Coreia do Sul e a Coreia do Norte se uniram e formaram uma delegação única para disputar a competição. Esse fato representou o fim das desconfianças entre os países, vivenciadas desde a Guerra das Coreias em 1950. Além disso, sinalizou um novo passo rumo à pacificação das relações internacionais entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos, que viviam em contexto de relações diplomáticas conflituosas desde o final de 2017 (BBC, 2018).

Esse é somente um dentre os vários exemplos históricos que demonstram que o esporte é um dos mecanismos que influencia e é influenciado pelas Relações Internacionais. Por essa razão, faz-se necessário olhar com mais atenção os chamados megaeventos esportivos e sua importância para o cenário internacional globalizado. Analisar tais eventos permite uma maior compreensão acerca do sistema internacional e das relações complexas entre os Estados. Essa é a proposta deste trabalho, que se justifica pela necessidade de considerar o esporte como um fator de importância nas Relações Internacionais, em detrimento do papel secundário dado a ele pelas teorias *mainstream*² da disciplina (ALLISON; MONNINGTON, 2002).

O objeto primordial da presente monografia é o planejamento e a implementação da política externa brasileira de promoção da Copa do Mundo de Futebol de 2014³. O período analisado compreende o intervalo entre os anos 2006 e 2014, sendo a diplomacia brasileira⁴ o ator principal. Aqui, a política externa é considerada como uma política pública, isto é, ela tem como finalidade traduzir necessidades internas com possibilidades

¹ Neste trabalho será utilizado “Relações Internacionais” para fazer referência à disciplina e “relações internacionais” para fazer referência às relações interestatais no sistema internacional.

² Teorias dominantes, tais como o realismo e o liberalismo (ALLISON; MONNINGTON, 2002).

³ Ressalta-se que a fase de implementação deve ser considerada nesta análise pelo fato de ela revelar com mais clareza a intencionalidade da diplomacia brasileira.

⁴ Grupo que compunha o governo brasileiro entre os anos de 2006 e 2014. Será mais bem delineada na seção 4 deste trabalho.

internacionais (LAFER, 1987). No caso brasileiro, a necessidade interna – conforme percebida por sucessivos governos – era de atribuir novas qualidades à imagem internacional do Brasil por meio da oportunidade externa de sediar um megaevento esportivo de grande alcance – a Copa do Mundo de Futebol de 2014 (BRASIL, 2012).

Ressalta-se que este trabalho se desenvolverá na dimensão intencional, assim como discutido por W. Carlsnaes (1992). Isso significa que se objetiva, por meio desta análise, verificar a relação entre o planejamento e a implementação da política externa brasileira de promoção da Copa do Mundo de Futebol de 2014 com os objetivos inaugurais que foram pensados para ela. Ao adotar essa lente de análise, enfatizam-se as negociações *top-level*, isto é, as discussões ocorridas no âmbito da burocracia estatal brasileira (HUDSON, 2007). É necessário apontar, por outro lado, que ao adotar a dimensão intencional, este trabalho não abordará os resultados da política externa brasileira para a Copa de 2014, ou seja, não será discutido se ela conseguiu ou não atingir os objetivos pretendidos. A questão que se quer responder refere-se à intencionalidade da diplomacia brasileira por meio da sediação do megaevento esportivo.

A hipótese do trabalho é de que as intenções depreendidas do processo de planejamento e execução da política externa brasileira, referem-se ao desejo da diplomacia nacional em utilizar a Copa do Mundo de forma a promover a imagem internacional de prestígio do Brasil, desenvolvendo o seu *soft power*. Isso só é possível porque se argumenta que há uma relação entre a sediação de megaeventos esportivos, a promoção de imagens e o *soft power*⁵ (NYE, 2004; HOLSTI, 1970; GRIX; LEE, 2013). Em vista disso, uma premissa deste trabalho diz respeito ao fato de que os megaeventos esportivos são ferramentas de promoção de imagem, que, por sua vez, é um meio para incrementar o *soft power*. Nesse sentido, entre os conceitos a serem trabalhados está o de prestígio internacional, que é a imagem positiva que os países buscam passar ao sediar os megaeventos esportivos (GRIX; HOULIHAN, 2013).

Diante disso, o objetivo geral do trabalho é comprovar a hipótese supracitada e, para isso, se estabeleceram os seguintes objetivos específicos: (i) comprovar a relação entre a sediação de megaeventos esportivos, o exercício de *soft power* e a promoção de imagem internacional; (ii) conceituar prestígio internacional e relacioná-lo com a

⁵ É necessário apontar que o conceito de *soft power* apresenta certas limitações teóricas para abordar eventos que não sejam resultados de um processo (NYE, 2004). Contudo, como a elaboração da política externa brasileira para a Copa de 2014 é vista neste trabalho como um processo burocrático, o conceito de *soft power* se mostra aplicável.

promoção de imagem e o exercício de *soft power* dos países ao sediarem os megaeventos esportivos; (iii) buscar exemplos práticos mundiais de países que utilizaram grandes eventos esportivos para comprovar o aporte teórico; (iv) traçar o histórico da utilização do *soft power* como eixo da política externa brasileira; e por fim, (v) analisar o caso brasileiro e a utilização da Copa do Mundo de 2014 como ferramenta de promoção do País e de incremento do *soft power* nacional.

Empregar-se-á neste trabalho uma metodologia qualitativa, ou seja, busca-se compreender o fenômeno estudado com base no contexto no qual ele está inserido. Para isso, é necessário que o pesquisador tente entender o fenômeno de acordo com a perspectiva das pessoas envolvidas, considerando o ponto de vista dessas como relevante. De um modo geral, a metodologia qualitativa é uma técnica de pesquisa social que usa dados descritivos, diferente da pesquisa estatística e experimental do método quantitativo (GODOY, 1995).

Como parte da metodologia qualitativa, este trabalho lançará mão de dois métodos principais: (i) revisão de bibliografia, com o objetivo de levantar o marco teórico do trabalho e os casos práticos sobre o tema e um (ii) estudo de caso referente ao Brasil e a Copa do Mundo de Futebol de 2014. No estudo de caso, para aferir a intencionalidade da diplomacia brasileira quanto à promoção da Copa de 2014, se optará por uma Análise de Conteúdo de Discurso (AC) e uma Análise Documental (AD). O primeiro é um método de análise de texto desenvolvido nas Ciências Sociais. Diferentemente de outras técnicas de análise, a AC faz uma ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa de materiais. Dessa forma, ela classifica-se como um método híbrido, que consegue superar a improdutiva discussão acerca das virtudes e defeitos dos métodos sociais (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005; BAUER, 2002, p. 190). Neste trabalho, a AC será utilizada em sua forma de análise qualitativa, visto que se busca “produzir inferências sobre um texto focal para o seu contexto social de maneira objetivada” (BAUER, 2002, p. 192).

A AD, por sua vez, trata do estudo de documentos que ainda não receberam um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008 apud ANDRE et al., 2016). Esse método se enquadra dentro da metodologia qualitativa aqui adotada, principalmente ao levar em conta as perspectivas dos formuladores de tais documentos (GODOY, 1995). A AD então, se utiliza de documentos, que podem ser escritos ou não, para dar confiabilidade ao que o pesquisador pretende provar em seu trabalho. Isso corrobora para a riqueza do trabalho científico, ao

passo que permite uma contextualização histórica e sociocultural do objeto de estudo (CECHINEL et al., 2016, p. 02).

As fontes a serem consultadas serão de natureza primária⁶ e constituídas, essencialmente, de discursos e documentos oficiais do governo brasileiro, produzidos entre os anos de 2006 e 2014. Busca-se encontrar nessas fontes elementos que permitam esclarecer os objetivos pretendidos pela diplomacia brasileira por meio da sediação da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Argumenta-se, como anteriormente mencionado, que esse evento foi utilizado de forma a promover a imagem internacional de prestígio do Brasil, sendo também um meio para incrementar o *soft power* nacional.

Para isso, a estrutura capitular do trabalho será composta de quatro seções, além desta introdução. Na primeira será definido o marco teórico escolhido, compreendendo os conceitos de *soft power*, imagem internacional e prestígio internacional. Em seguida, apresentar-se-ão exemplos práticos da utilização de megaeventos esportivos como ferramentas de *soft power* e projeção internacional, com ênfase para as Olimpíadas de Pequim de 2008, a Copa do Mundo de 2010 na África do Sul e megaeventos esportivos sediados no Brasil antes da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Por fim, analisar-se-á o caso brasileiro, destacando o período entre 2006 e 2014 como fundamental para a formulação e implementação da política externa do País para a Copa de 2014.

Na próxima seção desta monografia, serão abordados os fundamentos teóricos da análise que aqui se propõe. Serão utilizados elementos da teoria das Relações Internacionais, bem como de teorias relativas à Análise de Política externa. Uma vez compreendidos esses fundamentos, o estudo de caso tratará de como, na prática, se pode entender a sediação de um megaevento esportivo como elemento de promoção de imagem internacional e *soft power* de um país, especificamente do Brasil.

⁶ Fontes primárias são aquelas produzidas pelos próprios agentes em análise, proporcionando um acesso direto à informação, sem mediação ou influência de outros estudos (BAUER, 2002; DÉCIO & DEUSDARÁ, 2005).

2 APORTE TEÓRICO: MEGAEVENTOS ESPORTIVOS COMO FERRAMENTAS DE *SOFT POWER* E DE PROMOÇÃO DE IMAGEM INTERNACIONAL

O objetivo desta seção é elucidar o marco teórico do trabalho, que terá ênfase na relação entre megaeventos esportivos, o exercício de *soft power* e a promoção de imagem internacional. Argumenta-se que esses conceitos estão intrinsecamente relacionados, pois pela sediação de um megaevento esportivo, seja ele, por exemplo, a Copa do Mundo de Futebol, ou sejam as Olimpíadas⁷, países obtêm atenção da comunidade internacional e, assim, podem projetar-se (a priori, positivamente), sendo também essa projeção uma possível ferramenta para exercício de *soft power*. Para o alcance desse objetivo de construção da fundamentação teórica, primeiramente serão abordadas questões no âmbito de formulações da teoria geral das Relações Internacionais, como conceitos, entre os quais a própria definição de política externa empregada neste trabalho, a dimensão e o modelo de análise que serão utilizados. Em seguida, será trabalhado especificamente o conceito de *soft power* definido por Nye (2004) e sua relação com a sediação de megaeventos esportivos. Por fim, analisar-se-á a relação desses com a promoção de imagem internacional e de prestígio internacional.

2.1 QUESTÕES TEÓRICAS GERAIS: ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA (APE), DIMENSÃO DA ANÁLISE E MODELO TEÓRICO

Em primeiro lugar, é preciso reiterar que o escopo deste trabalho trata de uma análise da política externa brasileira e de como o governo do País teria utilizado a preparação e efetivação de um megaevento de abrangência mundial – a Copa do Mundo de Futebol, de 2014 – para promover a imagem nacional e aumentar o prestígio perante a comunidade internacional. Faz-se necessário, assim, explanar o conceito de política externa que será empregado neste trabalho, que se fundamenta na caracterização proposta por Celso Lafer (1987):

⁷ Ambos considerados megaeventos esportivos devido à quantidade de atletas e países envolvidos e à amplitude de divulgação midiática que recebem (ROCHE, 1994).

Toda política exterior [que se pode aqui compreender como equivalente a política externa, em termos conceituais⁸] resulta de um esforço de compatibilizar necessidades internas com possibilidades externas. Nestas interações existem dados imutáveis — como o da localização geográfica de um país numa determinada região do globo — e certos fatores externos de maior durabilidade — como o da estruturação do poder em escala mundial — que explicam as linhas de continuidade que, via de regra, norteiam uma política externa (LAFER, p. 01, 1987).

Celso Lafer também indica que a política exterior é uma política pública. Como tal, é uma ação do Estado — auxiliado ou não por entidades não estatais — que tem como exigência o atendimento da população em termos dos seus direitos fundamentais. Essa delimitação temática da política exterior vai ao encontro dos objetivos deste trabalho, visto que a promoção da Copa do Mundo de 2014 foi abarcada como uma política pública pela diplomacia brasileira e, além do mais, observa-se que havia a necessidade de conjugar uma necessidade interna — de promover a imagem internacional do País de forma positiva — com uma oportunidade internacional (LAFER, 1987) — sediar um megaevento esportivo de grande alcance⁹.

Uma vez aclarado o conceito geral de política externa a ser aqui utilizado, deve-se também compreender como se configura, ou ainda, qual elemento de política exterior que será utilizada. Neste trabalho, a elaboração da política externa é considerada como sendo o resultado de um processo complexo de interação entre variados atores que estão inseridos em uma ampla gama de estruturas (HILL, 2003, p. 28). Isto é, na elaboração da política externa de promoção brasileira por meio da Copa do Mundo de 2014, deve ser considerado que existem diversos atores envolvidos no processo, sendo que todos estão incorporados a uma determinada estrutura, adotando-se um prisma pluralista na análise (HILL, 2003).

Levando em conta a concepção de Análise de Política Externa (APE) desenvolvida por Valerie Hudson, optar-se-á neste estudo fundamentalmente pela apreciação da política externa no âmbito do processo de tomada de decisão, ademais de alguma perspectiva — somente complementar ou ilustrativa — quanto à sua implantação, ou mesmo de seus resultados (HUDSON, 2007, p. 15). Ao adotar essa concepção, a análise concentra-se, portanto, nos processos de tomada de decisão que levaram à elaboração de uma determinada política — atores, estruturas e processos (HUDSON, 2007). Dessa forma, os chamados *decision-makers* ou tomadores de decisão, ganham

⁸ Apesar de haverem autores que diferenciem política externa de política exterior, neste trabalho ambos os termos serão utilizados como sinônimos, assim como exposto por Lafer (1987) e Cervo (2003).

⁹ Esse tema será trabalhado mais profundamente na seção 4 deste trabalho.

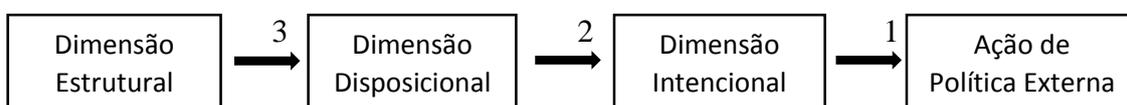
importância na análise, visto que a política externa é elaborada e executada por eles e, dessa forma, tem relação direta com o processo de *decision-making*, que se refere ao “comportamento organizacional pelo qual os determinantes básicos seriam as esferas de competência dos atores envolvidos, o fluxo de comunicação e informação e as motivações dos vários atores” (HUDSON, 2007, p. 16, tradução minha).

2.1.1 Dimensão da Análise

Quanto à dimensão em que se procede à análise de política externa, Carlsnaes (1992) aponta para três principais tipos: intencional, disposicional e estrutural (p. 254). O primeiro tem como escopo a relação entre a ação de política externa e a intenção ou os objetivos que ela expressa. O segundo tem como fundamento os fatores psicológicos e cognitivos que justificam ou explicam a disposição de determinado ator a ter uma determinada preferência em detrimento de outra. O último, por sua vez, centra-se em identificar os fatores estruturais (domésticos e internacionais; sociais culturais, econômicos, ideacionais) que afetam a cognição, as emoções e a psicologia dos atores (CARLSNAES, 1992, p. 254-256).

Essas dimensões, apesar de serem vistas como autônomas, são inter-relacionadas no sentido de sua junção permitir uma análise profunda da ação de política externa (ver Figura 1)¹⁰. Dessa forma, pode-se tanto analisar a política externa e sua relação com as intenções que levaram a sua concretização (passo 1); a política externa com a disposição de certos atores a tomarem determinadas decisões (passo 2); como também a política externa e sua relação com a estrutura doméstica e/ou internacional na qual está inserida (SMITH; HADFIELD; DUNNE, 2012, p. 126).

Figura 1 - As três dimensões da Análise de Política Externa



Fonte: SMITH; HADFIELD; DUNNE, 2012, p. 126.

¹⁰ Para Carlsnaes, a inter-relação entre as dimensões de análise de política externa também superaria o debate agente/estrutura presente na APE, visto que uma análise que junte as três dimensões sanaria o problema de isolar o Estado dos agentes que o compõe (CARLSNAES, 1992).

Para os fins deste trabalho, adotar-se-á a dimensão intencional como lente de análise¹¹, pois objetiva-se verificar a relação entre o planejamento e a execução da política externa brasileira com os objetivos iniciais para os quais ela foi pensada pelos tomadores de decisão (HUDSON, 2005). Com isso, o passo 1 da inter-relação entre as dimensões ficará mais evidente, visto que o foco do trabalho é nas chamadas negociações *top-level*, ou aquelas cujo foco está no nível de análise do Estado (SMITH; HADFIELD; DUNNE, 2012). Isso porque busca-se entender quais eram as intenções do governo brasileiro com a promoção da Copa do Mundo de Futebol de 2014, partindo de uma análise da atuação da burocracia estatal brasileira, sem negligenciar a ação de outras forças domésticas e internacionais que possam ter influenciado o processo.

2.1.2 Modelo de análise: modelo de Políticas Burocráticas ou Governamental e a dinâmica dos pequenos grupos

O modelo de análise de política externa escolhido para esta análise é o modelo de políticas burocráticas ou governamental desenvolvido por Graham Allison & Phillip Zelikow (1999). Nesse modelo de análise, a política externa é o resultado de barganhas administrativas realizadas dentro do âmbito administrativo do Estado, sendo a sua unidade básica de análise a ação governamental como resultante política (ALLISON; ZELIKOW, 1999). Isso porque a ação de política externa é vista como o resultado de negociações e discussões realizadas dentro do Estado, com ênfase para a intersecção complexa entre os pequenos grupos, os processos organizacionais e as forças políticas internas que compõem a política do país (HUDSON, 2007).

A arena central onde ocorrem as barganhas administrativas é formada por diversos atores. O primeiro é o chefe de Estado, geralmente o presidente, que é o responsável por convencer a sua audiência¹² acerca da política externa que quer implementar (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 259). Em conjunto com o presidente, estão os outros membros do Executivo, que ocupam cargos de liderança em outros órgãos ligados à presidência do

¹¹ Com isso, a análise terá ênfase na fase de planejamento e elaboração de política externa. Todavia, a fase de execução também será considerada, ainda que com menor relevância, pois é por meio dela que se pode entender as intencionalidade da política externa governamental (SMITH, HADFIELD & DUNNE, 2012).

¹² Segundo Allison e Zelikow (1999), o presidente tem o papel de convencer as lideranças do executivo, os deputados e os senadores a adotar suas políticas (p. 259-260).

País¹³. Além da arena central, existem círculos concêntricos sucessivos que abrangem funcionários que ocupam posições inferiores no executivo, ademais da imprensa, das Organizações-Não-Governamentais (ONGs) e de membros da sociedade civil (ALLISON; ZELIKOW, 1999). Com isso enfoca-se, nesse modelo, a intersecção entre as diversas agências governamentais presentes no arcabouço organizacional do Estado e suas interações também com agentes externos ao governo que possam ter influência no processo decisório de política externa (HUDSON, 2007).

Nesse sistema há uma abrangência maior de fatores em discussão, sendo que temas, capacidades e agendas têm de ser equalizados para chegar ao resultado, que é a ação de política externa. Há, portanto, uma ênfase maior no poder burocrático ao invés do pessoal, dado que os atores envolvidos nesse processo são vistos como representantes seccionais e não como representantes dos seus próprios interesses. Com isso, deve-se analisar as discussões no âmbito burocrático como incluídos em um ambiente organizacional de poder, na tentativa de minimizar os aspectos advindos da natureza psicológica e cognitiva das pessoas que as produzem (SMITH; HADFIELD; DUNNE, 2012).

Usualmente, as decisões tomadas no contexto do modelo governamental seguem a dinâmica dos pequenos grupos, discutida por I. Janis (1982) e Hudson (2007). Neste trabalho, a análise de tal dinâmica se faz necessária, dado que no contexto brasileiro, percebe-se a ação efetiva dos chamados *petit comités*¹⁴ (HUDSON, 2007). Segundo os autores, as principais decisões governamentais são tomadas no âmbito dos pequenos grupos, formados por aproximadamente 15 componentes (HUDSON, 2007; JANIS, 1982). Esses grupos são compostos de forma *ad hoc*, isto é, quando é identificado algum problema urgente que demande uma discussão mais específica para além da burocracia estatal (HUDSON, 2007, p. 65-101). Dentro desse ambiente, que no caso seria a burocracia nacional, a formação do grupo e as regras de discussão são definidas pelo líder político, sendo possível a ocorrência de coalizões, conflitos de opiniões e manipulação (HUDSON, 2007).

Em suma, tendo como base a utilização do modelo de análise da política governamental ou burocrático, será possível investigar como se deu o trabalho do *petit*

¹³ No caso brasileiro, esses outros membros seriam o Vice-Presidente, os Ministros de Estado, a Advocacia-Geral da União e a Defensoria Pública da União.

¹⁴ O *petit comité* brasileiro é correspondente ao pequeno grupo que formou a diplomacia brasileira entre os anos de 2006 e 2014. Será melhor explicado na seção 4 deste trabalho.

comité da política externa brasileira na busca de projeção internacional do Brasil por meio da Copa do Mundo de 2014. Além disso, em consonância com a dimensão intencional desta análise, será possível atestar quais eram algumas das principais intenções desse grupo ao promover o megaevento esportivo em análise.

2.2 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS COMO FERRAMENTA DE *SOFT POWER*

Nesta subseção será traçada a linha entre os megaeventos esportivos e o exercício de *soft power*. Em vista disso, será feita uma análise histórica da incorporação do conceito de poder nas Relações Internacionais seguida da definição de Joseph Nye (2004) de *soft power*. Por último, serão expostos os argumentos que permitem falar nos megaeventos esportivos como ferramentas de ação desse último.

2.2.1 O poder nas relações internacionais: o conceito de soft power segundo Nye (2004)

Existem múltiplas discussões sobre a definição e a natureza do poder nas Relações Internacionais. Desde da década de 1930, no chamado Primeiro Debate das Relações internacionais, idealistas e realistas clássicos divergiam acerca da natureza do poder. Aqueles utilizam o exemplo da Primeira Guerra Mundial para demonstrar que as alianças militares e a balança de poder que existiam na época, acabaram por empurrar os países para a guerra, defendendo assim que esses conceitos fossem repensados (ANGELL, 2002). Para os idealistas o poder militar dos Estados não era tão importante. No plano de paz de Wilson de 1918, por exemplo, a democracia liberal que seria caracterizada pelo livre-comércio, pela livre-navegação nos mares, pela autodeterminação dos povos e pela criação de uma associação de países, seria o mecanismo que daria fim a propensões de dos países para a guerra (BURCHILL et al., 2005; CARR, 1981).

Já os realistas clássicos, que ganharam força com a crise econômica da década de 30 e pela ineficiência da Liga das Nações, concebiam o sistema internacional de forma pessimista, com natureza conflituosa pela qual os homens agem movidos pelos seus interesses próprios. Hans Morgenthau (1955) foi a primeira voz de grande expressão do realismo clássico e, segundo ele, era preciso olhar de forma real o mundo imperfeito que

tem certas características inerentes à sua natureza. Para isso, ele formulou seis princípios¹⁵ que regem o sistema internacional, entre os quais pode-se destacar o terceiro que diz que os interesses são definidos em termo de poder (MORGENTHAU, 1955, p. 04). Segundo esse princípio, os interesses de uma nação serão definidos de acordo com o poder que ela possui no sistema internacional, ou seja, de acordo com a sua posição na hierarquia de poder existente (MORGENTHAU, 1955).

O sistema internacional para os realistas é composto de forças autônomas que sempre tendem ao equilíbrio. Assim, o desejo pelo poder e por alterar ou manter o *status quo* leva a uma configuração que é chamada de equilíbrio de poder ou balança de poder. Essa configuração define-se como a estabilidade dentro de um sistema de forças autônomas, que quando afetado por uma força externa, torna ao equilíbrio (MORGENTHAU, 1955, p. 321). Existem, também, diversos mecanismos para manter o equilíbrio de poder, como por exemplo o método de dividir para governar, compensações, corrida armamentistas, alianças e contra alianças e o balanceador de poder (MORGENTHAU, 1955).

Dessa forma, observa-se que desde as décadas de 30 e 40 do século XX já se discutia sobre a natureza do poder, sendo que nessa época o poder era definido essencialmente em termos de capacidades militares e econômicas. Contudo, a partir da década de 70 e 80, com as mudanças observadas no sistema internacional, novas concepções de poder foram formuladas. Entre elas, o neoliberalismo econômico destacou-se ao trazer à tona o conceito de interdependência complexa, cunhado por Robert Keohane & Joseph Nye (1989). Esse conceito refere-se à intensificação da interação cada vez mais complexa e interdependente entre os países que passam a precisar mais uns dos outros. Com isso, cálculos de poder e conflitos se tornam enganosos e menos necessários, visto que a cooperação responde aos problemas mundiais. Nesse mundo de relações complexas, com múltiplos canais de interação e novos atores internacionais, os países seriam mais sensíveis (possibilidade de ser atingido) e mais vulneráveis (capacidade de reação) às ações de outros Estados (KEOHANE & NYE, 1989).

Segundo alguns autores neoliberais, com essas múltiplas relações, mesmo os países com pouco poder, podem ter influência e algum poder em determinadas questões.

¹⁵ Os seis princípios são: (i) a natureza humana rege o Sistema Internacional; (ii) interesses definidos em termos de poder; (iii) poder é definido por cada país; (iv) os princípios morais não determinam decisões políticas; (v) todas as nações serão tentadas a universalizar seus princípios e interesses e (vi) a política deve ser uma esfera autônoma de conhecimento (MORGENTHAU, 1955).

Observa-se, portanto, que uma nova noção teórica de poder era concebida, sendo que o poder militar não era mais tão determinante no cenário internacional. Com isso, surge uma nova concepção de poder denominada *soft power*, cunhada por Nye (2004). Ele difere entre três tipos de poder: o *hard* que seria a capacidade de coagir os outros, por meio de capacidades militares e econômicas; o *soft* que seria a capacidade de moldar as preferências e atitudes futuras de outros sem a força e sem coerção; e o *smart* que seria a capacidade de uma nação combinar *hard power* e *soft power* de uma forma vencedora (NYE, 2004, p. 05).

2.2.2 Soft power: a segunda face do poder

De acordo com Nye, poder significa a habilidade de influenciar o comportamento dos outros para conseguir os resultados esperados (NYE, 2004, p. 01). Isso pode ser feito de variadas maneiras: por meio da coerção; por meio da indução; ou por meio da atração e da cooptação para que os outros façam o que você deseja (NYE, 2004, p. 02). Contudo, para ele, a primeira forma que seria a definição de *hard power* – coerção por meio das capacidades militares e econômicas – teria perdido força nos tempos atuais, visto que a distribuição de poder é multipolar e os países se tornaram cada vez mais interdependentes nos tempos atuais (NYE, 2004). Sendo assim, ele elabora e difunde o conceito de *soft power*, que seria a segunda face do poder.

Ao definir *soft power*, Nye pontua que ele seria uma forma indireta de conseguir com que outros ajam da forma desejada. Esse poder brando, então, consiste na habilidade de moldar as preferências de outrem sem coerção, mas por meio da cooptação (NYE, 2004 p. 05). Essa capacidade está relacionada com ativos intangíveis, tais como a personalidade atrativa, a cultura, os valores políticos e as instituições e as políticas que são vistas como legítimas ou tendo uma autoridade moral perante à comunidade internacional (NYE, 2004). Por outro lado, se faz necessário apontar que *soft power* não é o mesmo que influência – porque essa também está presente no conceito de *hard power* –, tampouco é só persuasão ou a capacidade de argumentar, mas pode ser definido em termos de “poder atrativo” (NYE, 2004, p. 06).

Ao relacionar as duas faces do poder, Nye argumenta que

A distinção entre eles é de grau, tanto na natureza do comportamento quanto na tangibilidade dos recursos. Poder de comando - a capacidade de mudar o que os outros fazem - pode repousar na coerção ou no incentivo. O poder de cooptação - a capacidade de moldar o que os outros querem - pode repousar na

atratividade da cultura e dos valores ou na capacidade de manipular a agenda política de escolhas de uma maneira que faz com que os outros deixem de expressar algumas preferências, porque elas parecem ser muito irrealistas. Os tipos de comportamento entre comando e cooptação variam ao longo de um espectro, desde a coerção até a indução econômica, passando pela fixação da agenda até a atração pura. Os recursos de *soft power* tendem a estar associados ao fim cooptativo do espectro do comportamento, enquanto os recursos de força são geralmente associados ao comportamento de comando. (NYE, 2004, p. 07, tradução nossa).

Assim, o que diferencia os dois tipos de poder é o espectro dos comportamentos e os recursos empregados. Ao utilizar o *hard power*, a nação fará uso de sanções, da força e de subornos como recursos necessários para coagir e induzir o comportamento de outros países. Por sua vez, ao utilizar o *soft power*, as instituições, os valores, a cultura e as políticas dos países serão as ferramentas utilizadas para definir a agenda, para atrair e cooptar outros países (NYE, 2004, p.08).

Nye argumenta ainda que existem três possíveis fontes de *soft power* (NYE, 2004, p. 11-15). Essas seriam: a cultura do país (quando é atrativa para os outros); os valores políticos (internos e externos); e a política externa (quando vista como legítima e havendo legitimidade moral). A primeira consiste em um conjunto de valores e práticas que dão significado a uma sociedade. Segundo Nye, ao possuir uma cultura universal, isto é, compartilhar valores e práticas consagrados pela comunidade internacional, o país tem mais chances de conseguir os resultados esperados (NYE, 2004, p. 11). Quanto aos valores políticos e a política externa, esses podem ser definidos como as políticas governamentais de um país¹⁶. Políticas vistas por interlocutores na seara internacional como arrogantes, hipócritas e limitadas ao interesse nacional, tendem a diminuir o *soft power* de um país. Por outro lado, quando os valores nacionais coincidem com aqueles consagrados pela comunidade internacional¹⁷, o *soft power* tende a aumentar.

No caso em análise, a principal fonte de *soft power* observada advém das políticas governamentais do Brasil para promover a Copa do Mundo de Futebol de 2014, tanto internas quanto internacionais. Isso porque, argumenta-se que o Brasil utilizou a sediação desses megaeventos esportivos para captar a atenção da comunidade internacional para o “poder atrativo” do Brasil por meio do futebol, que é parte da cultura brasileira, vista com admiração internacionalmente.

¹⁶ Aqui refere-se tanto às políticas internas quanto às externas de um país.

¹⁷ Nye cita alguns desses valores: a democracia, a participação ativa em organizações internacionais, cooperação, promoção da paz e a defesa dos direitos humanos (NYE, 2004, p. 14).

2.2.3. A sediação de megaeventos esportivos como ferramenta de soft power

Nas Relações Internacionais em geral, o papel do esporte é frequentemente desconsiderado ou deixado em segundo plano, principalmente devido à crença de que este é um elemento irrelevante para o entendimento da realidade internacional (ALLISON; MONNINGTON, 2002). Contudo, essa ideia pode ser contestada, visto que atualmente o número de federações nacionais filiadas à Federação Internacional de Futebol e ao Comitê Olímpico Internacional (205 e 105, respectivamente) supera os 193 Estados-Membros da Organização das Nações Unidas (ONU) (FIFA, 2017; COI, 2017 e ONU, 2017). Mesmo em se tratando de organizações não governamentais as que gerenciam o futebol e outros esportes em âmbito mundial, suas ligações com governos são por vezes bastante estreitas. A exemplo, mencionam-se as mudanças nas legislações nacionais feitas pelos governos sob recomendação do COI e da FIFA, para além da adequação nacional aos padrões internacionais expostos por essas organizações (ALLISON; MONNINGTON, 2002).

Dentro do espectro das abordagens teóricas das Relações Internacionais, as teorias clássicas do realismo e idealismo marginalizam o estudo do futebol e dos megaeventos esportivos, tendo em vista que se concentram em abordar a prática estatal ou governamental como essência das políticas externas e da política internacional. Contudo, dada a relevância e influência desses eventos em um mundo globalizado, bem como o fato de que suas práticas e normas são geralmente influentes forças motrizes na elaboração de políticas públicas em diferentes países, é relevante ressaltar como os eventos esportivos internacionais podem ser utilizados para fundamentar a elaboração e implementação da política externa, dado que, como anteriormente mencionado, ela também se configura como uma política pública (ALLISON; MONNINGTON, 2002).

Segundo T. Taylor (1986), por exemplo, deve-se considerar as Relações Internacionais e os esportes como correlatos, dado que: (i) o esporte é um elemento de grande importância social, cultural e econômica; (ii) a internacionalização dos esportes gerou um grau de interdependência entre os países, fazendo com que ele se tornasse parte integrante do Sistema Internacional; (iii) o esporte é um instrumento poderoso para as políticas governamentais; e (iv) as organizações internacionais que organizam os megaeventos esportivos ganharam importância e deviam ser estudadas como novas atoras do Sistema Internacional (TAYLOR, 1986, p. 35-37).

Além disso, hoje em dia, o uso da força se mostra altamente custoso e desnecessário, sendo fundamental a utilização de mecanismos de *soft power* para atrair a

atenção comunidade internacional, como é o exemplo dos megaeventos esportivos (AMAZARRAY, 2011; GRIX; LEE, 2013). Os chamados megaeventos são definidos por Roche (1994, p. 01-02, tradução minha) como “eventos de curto prazo com consequências de longo prazo para as cidades que os sediam”. De acordo com o autor, eles podem ser culturais, esportivos ou comerciais, sendo produtores diretos de apelo popular e possuindo um grande significado internacional (ROCHE, 1994). Neste trabalho, será considerada a natureza esportiva dos megaeventos, aqui descritos como megaeventos esportivos. Como exemplo desses, estão as Copas do Mundo de Futebol (organizadas pela FIFA) e as Olimpíadas (organizadas pelo COI), que são os maiores megaeventos do mundo em termos de audiência e significado internacional (ALLISON; MONNINGTON, 2002).

2.2.3.1. Sediando os megaeventos esportivos: um exercício de soft power

Ao longo da história, são vários os casos em que a sediação de um megaevento esportivo foi utilizado como uma ferramenta de ação política por governos de diferentes nações: a Copa do Mundo de 1934, na Itália, foi utilizada pelo regime fascista para mostrar ao mundo a força do país, principalmente por meio do troféu de campeão do torneio; os Jogos Olímpicos de 1936 em Berlim foram utilizados pelos nazistas para demonstrar a grandeza do regime perante a comunidade internacional, por meio da realização de um megaevento esportivo de excelência; as Olimpíadas de Moscou (1980) e Los Angeles (1984) na época da Guerra Fria, foram boicotadas pelos Estados Unidos e Rússia, respectivamente, o que demonstra a força política de um evento esportivo; e a chamada diplomacia pingue-pongue em 1971, pela qual o esporte foi utilizado como um “quebra-gelo” entre China e Estados Unidos, que começaram a ter discussões e a desenvolver as primeiras negociações no contexto da Guerra Fria (AMAZARRAY, 2011). Isso vai ao encontro do argumento defendido por ALLISON; MONNINGTON (2012, p. 107), segundo o qual os Estados utilizam os esportes tanto para venderem-se e realçar suas imagens internacionais, como também para penalizar atitudes internacionais que desaprovam.

Ao falar especificamente sobre a sediação de um megaevento esportivo e o exercício de *soft power* – aqui considerado como a habilidade de moldar as preferências de outrem sem coerção, mas por meio da cooptação e do poder atrativo – pode-se citar o exemplo das Olimpíadas de Pequim, China, em 2008. Segundo Nye, esse momento foi

importante para o exercício e a ampliação do *soft power* chinês, principalmente ao demonstrar por meio das Olimpíadas, a superação, a força e a determinação da China em sediar um megaevento esportivo de grande alcance (NYE, 2008).

A sediação com sucesso de um megaevento esportivo, então, significa uma oportunidade única para os países atraírem a atenção de uma grande audiência internacional, podendo ser utilizada por governos para promover sua imagem internacional de forma positiva. Isso é visto como um sinal igualmente positivo para outras nações, sendo uma forma de transmitir confiabilidade para os outros países, assim como demonstrar capacidade (logística, econômica, cultural) em sediar tais eventos (GRIX; HOULIHAN, 2013). Para ilustrar o potencial que os megaeventos têm em cooptar atenção internacional, é só atentar para a transmissão pelas redes de televisão, que adotam programação especial para cobrir todos os momentos das Copas do Mundo, Jogos Olímpicos e Olimpíadas de Inverno (ENGERMAN, 2015).

O fato de o esporte ser o cerne desses grandes eventos também gera um aumento no nível de atratividade que um país pode alcançar. Isso porque o esporte carrega em sua prática alguns valores vistos como universais pela comunidade internacional. Entre eles pode-se destacar o *fair-play* ou modo justo, correto, adequado de agir que, em português, refere-se, essencialmente, à prática ética no meio esportivo¹⁸. Nesse sentido, ao sediar um megaevento esportivo internacional, os países demonstram ser guardiões de valores relevantes, fazendo com que o seu poder atrativo cresça. Com isso, países que possuem características e/ou políticas malvistas internacionalmente, têm a chance de tornar essas imagens mais positivas e conseqüentemente, aumentar o seu *soft power*. Como exemplo de tentativa de minimizar imagem negativa e potencializar percepções positivas, têm-se os casos da China, com o regime autoritário em evidência antes da sediação das Olimpíadas em 2008, da África do Sul com os problemas de corrupção e segregação racial antes da Copa do Mundo de 2010 e do Brasil com os níveis alarmantes de desigualdade antes da Copa do Mundo de 2014 (GRIX; HOULIHAN, 2013, p. 526-527).

Os megaeventos esportivos também podem ser importantes ferramentas para a inserção dos países emergentes ou intermediários no cenário internacional que, desde 2008, sediam a maioria dos grandes eventos do esporte (ver Tabela 1). Isso se deve ao fato de que, com as atenções mundiais voltadas para o país que sedia uma Copa do Mundo ou uma Olimpíada, ele consegue ser reconhecido como um país confiável no cenário

¹⁸ Isto é, a regra geral de que os esportistas não devem prejudicar propositalmente o adversário (GRIX; HOULIHAN, 2013).

internacional, acelerando sua aceitação na dinâmica econômica mundial por meio da cooperação internacional (GRIX; HOULIHAN, 2013). Como exemplo tem-se as supracitadas Copa do Mundo na África do Sul, em 2010, Copa do Mundo de 2014 no Brasil, além da escolha do Qatar como sede da Copa do Mundo de 2022; todos esses países são considerados emergentes no cenário internacional¹⁹ e tiveram ou terão perspectiva de crescimento econômico a partir da realização dos megaeventos em seu solo (GRIX; HOULIHAN, 2013).

Tabela 1: Megaeventos esportivos em países emergentes (2008-2022)

Ano	Megaevento esportivo	País
2008	Jogos Olímpicos	China (Beijing)
2010	Jogos da Commonwealth	Índia (Deli)
2014	Copa do Mundo	Brasil
2016	Jogos Olímpicos	Brasil (Rio de Janeiro)
2018	Jogos de Inverno	Coreia do Sul
2022	Copa do Mundo	Qatar

Fonte: Elaboração da autora a partir de Grix e Lee, 2013, p. 524

Percebe-se, portanto, que a sediação de megaeventos esportivos pode ser vista como uma ferramenta de *soft power*, principalmente para os países considerados emergentes, dado que o poder atrativo desses fica em maior evidência. Assim, por meio do aumento de atratividade, esses países procuram fazer com que os outros se comportem da forma que desejam, isto é, que o vejam de forma positiva para que ele consiga atingir seus objetivos de política externa, sejam eles quais forem. Isso também está relacionado com a habilidade de esses países passarem imagens positivas perante a comunidade internacional, sendo essa uma das formas de desenvolver *soft power*.

2.3 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E A PROMOÇÃO DE IMAGEM: A QUESTÃO DO PRESTÍGIO INTERNACIONAL

Segundo Allison & Monnington (2002, p. 106), o esporte faz parte da imagem internacional de um país. Por esse motivo, faz-se necessário estudar a segunda faceta da

¹⁹ Essa consideração baseia-se nos critérios econômicos mundiais tais como os níveis de reservas internacionais, o Produto Interno Bruto (PIB), as taxas de crescimento e os níveis de desigualdade (GRIX; HOULIHAN, 2013).

sediação de megaeventos esportivos discutida neste trabalho: o potencial que ela tem de influenciar a imagem internacional de um país. Isso porque ao sediar tais eventos o país concentra em si a atenção da comunidade internacional, podendo utilizar essa oportunidade para se projetar internacionalmente e passar uma imagem de prestígio. Essa noção também pode ser entendida como uma das manifestações do *soft power* de um país, que por meio do seu poder atrativo, utiliza uma oportunidade internacional para realizar um objetivo específico de política externa: melhorar sua imagem internacional²⁰.

Nesta subseção, trabalhar-se-á com a teoria dos papéis ou das imagens internacionais desenvolvida por K. Holsti (1970) para analisar como a sediação de megaeventos esportivos pode passar imagens positivas de um país para a comunidade internacional. Defende-se que por meio desses grandes eventos, os países buscam projetar-se positivamente, obtendo assim prestígio internacional, sendo essa promoção um meio para desenvolver o *soft power*.

2.3.1 A projeção internacional por meio da promoção de imagens

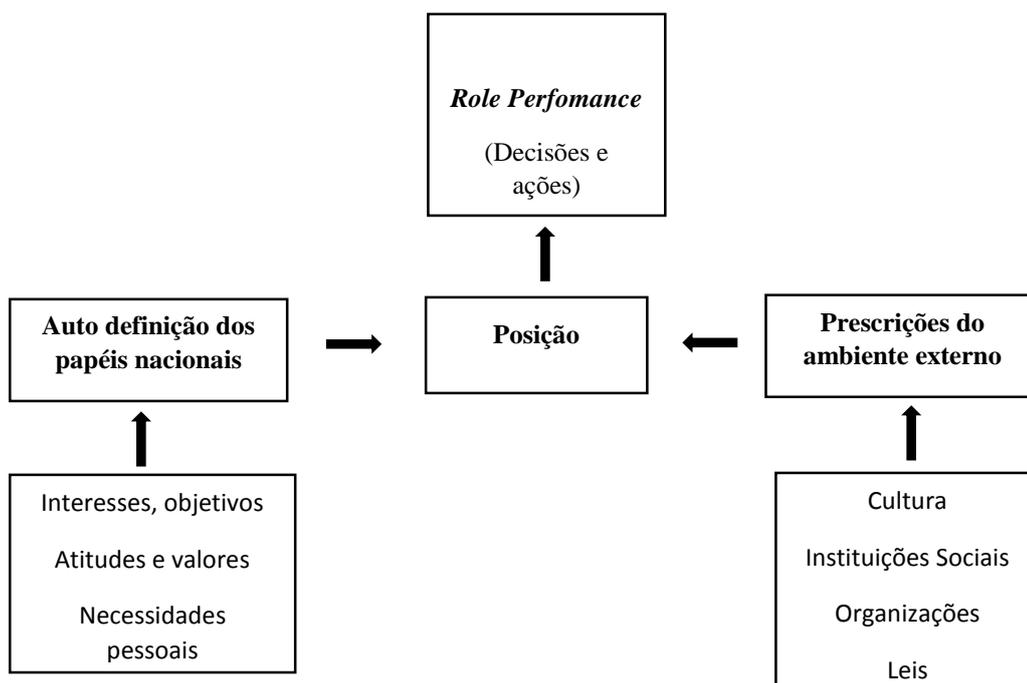
O estudo das imagens internacionais se popularizou no meio acadêmico das Relações Internacionais somente a partir da metade do século 20, no contexto do fim da Segunda Grande Guerra. Isso se deve ao fato de que após os efeitos desastrosos do conflito mundial, era necessário que os países envolvidos reconstruíssem suas imagens, tanto no aspecto interno, quanto no internacional (AYVAZYAN, 2010, p. 36). Um dos trabalhos desenvolvidos nessa época foi conduzido por Holsti em 1970, no qual ele discute os papéis nacionais dos países e o estudo da política externa. Essa obra é essencial para a proposta deste trabalho, principalmente por meio da teoria dos papéis desenvolvida pelo autor (HOLSTI, 1970).

A referida teoria dos papéis centra-se na discussão do conceito de *role performance*, que seria o comportamento (decisões e ações) que alguém tem dentro de um cenário determinado. Esse “papel” é desempenhado com base na posição que esse alguém ocupa dentro do seu contexto e, também, nas percepções que os “outros” têm desse alguém (p. 239). Em vista disso, a chamada teoria dos papéis enfatiza a interação entre as prescrições dos outros e o desempenho do papel de um ocupante de determinada posição (HOLSTI, 1970, p. 239-240). Além do conceito de *role performance*, o autor

²⁰ Dialogando diretamente com o conceito de política externa apresentado nesse trabalho (LAFER, 1987, p. 01).

acredita que existem outras três noções para entender as ações de política externa e a construção da imagem internacional de um país: a auto definição de papel nacional, as prescrições de papéis do ambiente externo e a posição que determinado país ocupa nesse ambiente (HOLSTI, 1970, p. 240). Relacionado esses conceitos pode-se afirmar que o *role performance* é o resultado direto da interação entre a posição, a auto definição dos papéis nacionais e a prescrição do ambiente externo, tal como esquematizado na figura 2 (HOLSTI, 1970).

Figura 2: Teoria dos papéis: elementos



Fonte: HOLSTI, 1970, p. 240, tradução nossa.

Transpondo para o âmbito internacional, Holsti trabalha com a Análise de Política Externa sob a ótica da teoria dos papéis (*FPA role theory*): segundo ele, a “role performance” compreenderia as atitudes, decisões e ações que os governos tomam para implementar suas próprias concepções de papéis nacionais ou para cumprir com as prescrições de papéis emanadas do ambiente externo. Essas ações sempre ocorrem com base na posição que o Estado ocupa, que é um sistema de prescrições de papéis (HOLSTI, 1970, p. 241-245). Em outras palavras,

Podemos agora definir o desempenho do papel nacional como o comportamento geral da política externa dos governos. Inclui padrões de atitudes, decisões, respostas, funções e compromissos em relação a outros estados. Do ponto de vista do observador, esses padrões ou decisões típicas podem ser chamados de papéis nacionais. Uma concepção de papel nacional

inclui as definições dos próprios formuladores de políticas sobre os tipos gerais de decisões, compromissos, regras e ações adequadas ao seu estado, e das funções, se houver, que seu estado deve desempenhar de forma contínua no sistema internacional ou subordinado aos sistemas regionais. É a sua "imagem" das orientações ou funções apropriadas do seu estado em relação ao ambiente externo ou dentro dele (HOLSTI, 1970, p. 245-246, tradução nossa).

Dado isso, observam-se algumas mudanças em relação ao esquema geral da teoria dos papéis: (i) o *role performance* trata de ações de política externa; (ii) a posição refere-se ao status²¹ que a nação possui no sistema internacional²²; (iii) as concepções de papéis nacionais ficam a cargo dos *policy makers*, que devem levar em conta a localização, os recursos, as capacidades, as necessidades socioeconômicas, os valores nacionais, a opinião pública e as necessidades políticas do país; e (iv) as prescrições dos outros têm como fonte a estrutura do sistema, valores gerais, princípios legais gerais, compromissos de tratados e a opinião mundial (HOLSTI, 1970, p. 245).

2.3.2 O prestígio internacional: elementos

Desenvolvida a ideia de imagens internacionais como um sistema de *role performance* no qual os países cumprem seus papéis nacionais com base em sua autopercepção e na prescrição dos outros, faz-se necessário agora definir o prestígio internacional. Isso porque se argumenta que por meio da sediação de megaeventos esportivos, os países buscam passar uma imagem positiva, isto é, uma imagem de prestígio internacional. Nesta subseção, portanto, procura-se contribuir com um elemento pouco enfatizado na área de Relações Internacionais, fornecendo um conceito de prestígio e de alguns dos elementos que o constituem.

2.3.2.1. Definindo prestígio internacional

Na área das Relações Internacionais, nota-se uma lacuna no estudo e conceituação de prestígio internacional. Muito se fala acerca do tema, mas poucos autores

²¹ Status considerado como a posição que um país ocupa na hierarquia de poder do sistema internacional (DE CARVALHO e NEUMANN, 2015, p. 25-28).

²² Considerado como um grupo de unidades com comportamento interativo, nações ou países, que estão em um sistema anárquico, mas de certa forma submetidos à entidades supranacionais, como as Nações Unidas (BOULDING, 1959).

realmente o definem ou fornecem elementos para ele²³ (KIM, 2004). Uma discussão sobre o tema pode ser depreendida no debate entre o neorrealismo e o construtivismo. Para os neorrealistas, como Kenneth Waltz, o sistema é visto como definido pelas capacidades materiais dos Estados (WALTZ apud KIM, 2004, p. 41). Assim, elementos intersubjetivos, como o conhecimento comum e os entendimentos compartilhadas entre os Estados são desconsiderados (KIM, 2004, p. 40). Os construtivistas, representados na figura de Wendt, argumentam que os efeitos produzidos pelas capacidades materiais de um Estado pressupõem a existência de uma estrutura subjetiva que não pode ser reduzida somente às referidas capacidades (WENDT apud KIM, 2004, p. 41). Entre esses elementos está o prestígio internacional, que deve ser entendido como uma das facetas do poder e, portanto, como importante elemento de análise das Relações Internacionais (KIM, 2004).

O prestígio internacional de um país é medido com base no sistema internacional de prestígio em que ele está inserido, que é uma estrutura subjetiva na qual os países atribuem qualidade e defeitos uns aos outros (SHIMBORI et al., 1963, p. 64). Esse sistema é moldado por diversas hierarquias, pelas quais as nações são ranqueadas entre as com “mais prestígio” e as com “menos prestígio”, com base nos recursos de poder que possuem (WALTZ, 1979). Isso também pode ser relacionado com o estudo da busca de status feita pelos pequenos estados, dado que a posição de um país nessa hierarquia pode ser entendida como *status* (DE CARVALHO; NEUMANN, 2015).

Uma definição de prestígio internacional aplicável ao presente trabalho foi desenvolvida por J. Armer (1966). Ele define prestígio internacional como a aprovação, o respeito, a admiração ou a deferência que uma nação tem [na comunidade internacional, em outros países, em organizações intergovernamentais, ou em quaisquer outros atores internacionais] devido às suas qualidades e performances no cenário internacional (p. 04). Além disso, o autor também aponta para as diferenças entre o que ele chama de “*prestige of occupations*” e prestígio nacional. O primeiro se refere à avaliação geral de posições institucionalizadas que uma nação tenha com base nas qualidades e expectativas associadas a elas; o segundo, a sua vez, é mais do que avaliar com base na posição que os países ocupam e o seu papel no cenário internacional, mas além disso, é avaliar com base na performance que eles desempenham dado a sua posição e as expectativas relacionadas ao seu papel internacional (ARMER, 1966). Em vista disso, observa-se que a noção de

²³ É necessário notar que nas teorias realistas clássicas é possível encontrar menções ao prestígio internacional, entretanto considera-se que essas são insuficientes para o entendimento completo do termo.

prestígio internacional como prestígio nacional se adequa melhor à proposta deste trabalho, haja vista que ela se combina com a promoção de imagens feita pelos países por meio do *role performance* discutido por Holsti (1970).

2.3.2.2. Elementos constitutivos

Os elementos para definição de prestígio internacional devem ser aqui listados pelo fato de que ao falar que um país busca alcançar o prestígio internacional, é necessário definir os elementos que o constitui. Nesta subseção busco elencar os elementos que compõem essa noção, fazendo uma contribuição direta aos estudos relacionados a essa temática. Argumenta-se que por ser um elemento intersubjetivo construído no relacionamento dos Estados dentro do Sistema Internacional, para se alcançar ou aumentar o prestígio é necessário que os Estados sejam “bons” Estados, ou seja: (i) que possuam uma autoridade moral²⁴; e (ii) que sejam considerados parceiros bons e confiáveis pelos outros Estados (CARVALHO PINTO, 2016, p. 302; DE CARVALHO; NEUMANN, 2015). Logo, os elementos aqui discutidos seriam as formas pelas quais os países podem se tornar bons estados perante a comunidade internacional, adquirindo assim prestígio internacional.

Um primeiro elemento de destaque – e, talvez o primordial –, é que os Estados demonstrem por meio de suas políticas internas e externas pertencimento ao sistema internacional. Contudo, Vânia Carvalho Pinto (2016, p. 303) aponta para a natureza qualitativa desse pertencimento, isto é, não basta somente demonstrar o pertencimento ao sistema internacional, mas demonstrar um pertencimento qualificado. Isso significa que as ações dos Estados que almejam prestígio e status devem demonstrar que eles são responsáveis quanto à manutenção da ordem e das instituições existentes no sistema internacional (CARVALHO PINTO, 2016; DE CARVALHO; NEUMANN, 2015).

Para demonstrar esse pertencimento qualificado, os Estados que carecem de *hard power* devem investir em ações no âmbito nacional e internacional, que além de demonstrarem o *soft power* nacional, comprovem o interesse da nação na manutenção da ordem existente. Nacionalmente, o país deve prezar pelo regime democrático e pelo respeito às instituições, ou seja, ser um estado institucional²⁵; deve praticar a justiça social

²⁴ Essa autoridade refere-se a uma adequação do País aos padrões internacionais de prestígio, a exemplo da paz, da democracia e da cooperação (MENDELSON, 2009).

²⁵ Estado institucional entendido como um conjunto de organizações administrativas, policiais e militares coordenadas por uma autoridade executiva, em um território demarcado, onde tal autoridade possa

no sentido de trabalhar para reduzir desigualdades; e diminuir os níveis de violência, aumentando o nível de seguridade social (ALDEN; ARAN, 2012). Internacionalmente, o país deve participar ativamente nas organizações internacionais e regionais; cumprir os acordos estabelecidos; lutar contra o terrorismo; buscar sempre a paz, a cooperação e a democracia; e preservar a independência dos Estados (MENDELSON, 2009, p. 292-295). É necessário ressaltar que as ações dos Estados devem ser efetivas em prol desses elementos, não bastando a mera divulgação dessas (CARVALHO PINTO, 2016).

Em suma observa-se que o Estado que busca melhorar a sua imagem internacional, obtendo o prestígio internacional, deve, em nível nacional, adequar-se aos padrões de um Estado Institucional e, em nível internacional, prezar essencialmente pela paz, pela democracia e pela cooperação. Para alcançar destaque e melhorar o seu *status*, é necessário que o Estado demonstre o seu poder atrativo e, assim seu *soft power*. Uma das formas de fazê-lo é por meio da sediação de megaeventos esportivos, que é uma importante ferramenta para projetar a imagem internacional de um país.

2.3.3 A projeção internacional por meio dos megaeventos esportivos

Como dito anteriormente, o esporte em geral é utilizado pelos países como forma de esses venderem ou realçarem suas imagens internacionais (ALLISON; MONNINGTON, 2002). Neste trabalho argumenta-se que a sediação de megaeventos esportivos é uma ferramenta poderosa para promover a imagem internacional de um país. Isso porque, devido à amplitude desses eventos e à cobertura feita pela mídia, todas as atenções mundiais estão voltadas para eles, sendo um mecanismo direto para que os Estados se projetem internacionalmente (LEE et al., 2005). Essa realidade pode ser comprovada até mesmo pelo reconhecimento das cidades/países sedes durante e após o término de tais eventos, como demonstrado por Ritchie e Smith com relação aos Jogos Olímpicos de Inverno de Calgary, Canadá, em 1988, que promoveram um aumento do reconhecimento internacional da cidade canadense²⁶ (RITCHIE; SMITH, 1991 apud LEE, 2005, p. 30).

estabelecer regras e aplicar punições aos que não as cumprem, inclusive utilizando a força (ALDEN; ARAN, 2012, p. 64).

²⁶ Segundo Ritchie & Smith (1991), em 1987 a cidade de Calgary era reconhecida por 50% da população europeia. No ano de realização do megaevento, esse número subiu para 87.6, sofrendo uma leve queda de 2% em 1989, demonstrando assim o impacto positivo dos Jogos Olímpicos de inverno.

Outro aspecto a ser mencionado são as visitas turísticas a longo prazo aos países que sediam os megaeventos esportivos. Segundo D. Lee (2005), ao sediar com sucesso um megaevento esportivo, o país pode ter ganhos significativos em sua imagem, corroborando para ganhos econômicos por meio das visitas turísticas. Esses ganhos referem-se aos gastos lá feitos pela população estrangeira e pelas taxas e impostos cobrados pelo governo (LEE, 2005, p. 29). Fora isso há um ganho em termos de *branding*, isto é, em termos de fortalecimento da reputação internacional do país, seja ela qual for (KNOTT et al., 2017). Como exemplo, tem-se o caso da Copa do Mundo de Futebol de 2010, realizada na África do Sul. De acordo com Knott et al. (2017), nesse caso o país utilizou com sucesso o megaevento esportivo para projetar-se internacionalmente, haja vista a mudança de percepção dos visitantes depois de finalizado os jogos: os que antes tinham opiniões negativas ou não tinham opiniões acerca do país, mudaram suas percepções, ressaltando as qualidades do país africano (KNOTT et al., 2017).

Um exemplo claro e atual do esporte sendo utilizado para alterar a imagem internacional de um país foi a união das Coreias durante as Olimpíadas de Inverno de PyeongChang, na Coreia do Sul, em fevereiro deste ano (ANDRIOLO; GOZZER, 2018). Esse fato histórico foi concretizado na cerimônia de abertura do evento, que contou com uma delegação unificada representando a Coreia do Sul e a Coreia do Norte. Isso foi essencial para sinalizar uma mudança de posição dos países, que se viam com desconfiança desde a Guerra das Coreias entre 1950 e 1953. Soma-se a isso o contexto de ataques entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos que marcaram o final de 2017 e o início deste ano, trazendo um cenário de insegurança internacional (BBC BRASIL, 2017). Nesse sentido, é possível argumentar que por meio da sediação dos Jogos Olímpicos de 2018, tanto a Coreia do Sul e principalmente a Coreia do Norte, alteraram suas imagens: a primeira transpareceu uma imagem de confiança e cooperação, enquanto a segunda demonstrou que queria pôr fim às desconfianças e sinalizou pela paz internacional (ANDRIOLO; GOZZER; BBC BRASIL, 2017).

Diante dos fatos mencionados, pode-se estabelecer uma relação clara entre a sediação de megaeventos esportivos, o exercício de *soft power* e a promoção de imagens internacionais: ao sediar um evento esportivo de grande alcance, o país promove a sua imagem internacional, que diretamente desenvolve o seu poder atrativo, isto é o *soft power* nacional. Nesse sentido, a promoção de imagem funciona como um meio para se desenvolver o *soft power*, sendo os dois diretamente relacionados. Para sustentar o aporte teórico aqui abordado, a próxima seção deste trabalho discutirá casos no Brasil e no

mundo em que megaeventos esportivos foram utilizados como ferramentas de *soft power* e de projeção internacional.

3 UTILIZAÇÕES PRÁTICAS DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS COMO FERRAMENTAS DE PROJEÇÃO INTERNACIONAL E *SOFT POWER*

Após a exposição da sustentação teórica deste trabalho, faz-se necessário apresentar no mundo e também no Brasil exemplos práticos da utilização de megaeventos esportivos como ferramentas de *soft power* e de projeção internacional. Foram escolhidos alguns eventos esportivos ocorridos no Brasil para demonstrar a existência de uma linha de política externa do País que busca a promoção de imagem por meio do esporte. Além dos casos brasileiros, também são relevantes os casos recentes da Copa do Mundo da África do Sul e as Olimpíadas de Pequim, já anteriormente descritos, e que serão escrutinados de modo mais específico aqui.

Note-se que os casos apresentados nesta seção realmente atingiram o seu objetivo final, isto é, realmente promoveram o *soft power* nacional e reforçaram suas imagens de prestígio. É importante ressaltar, contudo, que o objetivo final deste trabalho é analisar a intencionalidade da política externa brasileira com a promoção da Copa Do Mundo de Futebol de 2014, não sendo objeto desta análise se o país atingiu ou não os objetivos a que se propôs. Em vista disso, os exemplos aqui listados servirão como exemplos práticos que comprovam o aporte teórico escolhido.

3.1 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS MUNDIAIS: AS OLIMPÍADAS DE PEQUIM DE 2008 E A COPA DO MUNDO DA ÁFRICA DO SUL EM 2010

O esporte é presente na história mundial há milênios, mas devido ao fato de o prisma de análise realista ser dominante até hoje nos estudos das Relações Internacionais, nunca teve sua importância reconhecida, pois não era considerado uma força profunda²⁷ (RENOUVIN; DUROSELLE, 1987 apud MANZUR, 2009). O presente trabalho contesta a irrelevância do esporte como elemento de promoção das relações internacionais, mediante o fato de que os megaeventos esportivos de fato têm sido utilizados como ferramentas de *soft power* e de projeção internacional – com os mais variados objetivos, conforme anteriormente mencionado. Na década de 1930, é possível observar que os eventos esportivos passaram a ser arenas que refletiam questões internacionais. Entre elas, destacam-se as ideologias, os conflitos sectaristas, os nacionalismos exacerbados e

²⁷ São as forças que influenciam o Estado, considerado o ator por excelência das Relações Internacionais. Essas forças podem ser de origem geográfica, demográfica, econômica, entre outras (MANZUR, 2009).

as tensões da Guerra, as quais deixaram sua natureza social e política, para adentrar também no contexto dos esportes (AMAZARRAY, 2011).

Menciona-se, a exemplo disso, a Copa da Itália de 1934 e as Olimpíadas de Berlim de 1936. Nesses casos, os megaeventos esportivos foram utilizados para informar os demais países de que os regimes totalitários fascista e nazista de Mussolini e Hitler, respectivamente, estariam dando certo (SHIRER, 1960). Observa-se que já era visível a alguns países e *policy makers*, que a utilização do esporte poderia ser útil para a propagação da força de ideologias totalitárias. Hitler, como exemplo, observava que o modo mais fácil de criar um exército forte e defensor da Alemanha nazista poderia residir em uma seleção entre esportistas bem-sucedidos. De acordo com S. Kuper (2003):

Para os primeiros nazistas, o esporte teria apenas um propósito: criar soldados. “Dê a nação alemã seis milhões de corpos impecavelmente treinados em esportes”, escreveu Hitler em *Mein Kampf*, “todos brilhando com amor fanático pela pátria e criados no maior espírito de ataque, e um estado nacional vai fazer deles um exército em menos de dois anos se necessário (KUPER, 2003, p. 26).

Nas Olimpíadas de 1936, Hitler utilizou a oportunidade de sediar um grande megaevento esportivo mundial para mostrar ao mundo suas capacidades, tendo como objetivo mostrar a força do regime nazista para os potenciais países adversários. Para isso, placas de discriminação contra judeus foram retiradas e a realidade do país mudada para que o mundo visse o quanto a ideologia de Hitler seria benéfica ao povo alemão. A estratégia internacionalizada pela diplomacia esportiva alemã deu resultados, visto que:

Os visitantes, especialmente aqueles da Inglaterra e da América, se impressionaram com o que viram, aparentemente um povo feliz, saudável e amistoso e unido sob Hitler – uma imagem muito diferente, disseram, do que eles haviam definido pelos relatórios jornalísticos de Berlim (SHIRER, 1960, p. 233).

Esses eventos demonstram a utilização política dos megaeventos esportivos por parte dos *policy makers*. Contudo, na década de 30, tais eventos ainda não tinham a projeção de audiência como hoje, sendo o primeiro grande megaevento televisionado a Copa do Mundo da Suíça, em 1954. Nesse período, em que se fortaleciam as tensões decorrentes da Guerra Fria, mais uma vez os esportes foram utilizados como ferramenta de *soft power*, manifestada, essencialmente, pelos boicotes de certos países a competições esportivas internacionais. Como exemplo, pode-se mencionar o boicote norte-americano e da então União Soviética respectivamente às Olimpíadas de Moscou (1980) e às

Olimpíadas de Los Angeles (1984), respectivamente. Percebe-se que o esporte reflete as rivalidades entre os países, mas acaba substituindo o conflito, isto é, ao invés de pegar em armas, o povo agora torce e vibra pela sua seleção nacional em detrimento das outras²⁸ (AMAZARRAY, 2011; CHEHABI, 2006, p. 233; VASCONCELLOS, 2011).

Diante disso, Vasconcellos (2011) aponta que a importância do esporte para a realidade internacional pode ser explicada por dois fatores: o esporte (i) incentiva a aproximação e fortalece os vínculos entre os povos, que são transpassados aos governos, empresas e mídia, promovendo a inserção internacional dos países e o aparecimento de oportunidades comerciais; e (ii) reduz as chances de conflitos, podendo reunir em si, um valor cultural, uma identidade e uma organização política. Esse último fator esteve presente, inclusive, na política externa do Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, ao reconhecer que:

[...] sobretudo em manifestações de massa como Jogos Olímpicos, que o esporte prodigalizava a redução dos antagonismos étnicos, o congraçamento social de classes, o lenitivo transitório das rivalidades e tensões humanas, o diálogo intercultural e a virtual imanização do interesse popular [...] (VASCONCELLOS, 2011, p. 228-229).

Com o advento do século XXI, essa tendência não sofreu alterações significativas. Todavia, a globalização enfatizada a partir de fins do século XX emerge como um novo elemento intensificador da relação entre os países e, conseqüentemente, do uso do futebol de modo a incrementar o *soft power* e de projetar-se internacionalmente (VASCONCELLOS, 2011).

É nesse sentido que foram escolhidos dois casos de megaeventos esportivos mundiais e atuais que refletem as ponderações aqui feitas. Primeiro analisar-se-ão as Olimpíadas de Pequim em 2008 e sua importância para o aumento do prestígio internacional da China. Em seguida será analisada a Copa do Mundo da África do Sul em 2010 e os seus reflexos para a projeção de imagem internacional do país africano. O objetivo é demonstrar que a utilização de megaeventos de forma a incrementar o *soft power* nacional e projetar-se internacionalmente é algo presente na realidade internacional da globalização.

²⁸ Somente uma vez uma competição internacional provocou o conflito: na Guerra do Futebol em 1969, entre Honduras e El Salvador (AMAZARRAY, 2011).

3.1.1 As Olimpíadas de Pequim em 2008: o marco da ascensão chinesa como potência

As Olimpíadas de Pequim em 2008, também conhecidas como Beijing 2008, estão entre os grandes eventos internacionais do século XXI. Mesmo depois de dez anos, ainda é possível observar alguns dos reflexos desse megaevento para o mundo e, principalmente, para os chineses. Quando o país foi escolhido como sede, foi criado o Comitê Organizador de Beijing para os Jogos da XXIX Olimpíada (BOCOG, em inglês), responsável por coordenar as ações em parceria com o governo federal chinês em relação à preparação do país para o megaevento. Entre essas ações, destaca-se a ênfase dada aos temas de marketing, finanças, meio ambiente, tecnologia, esporte e relações internacionais, considerados como o cerne da organização chinesa (BEIJING ORGANISING COMMITTEE FOR THE GAMES OF THE XX OLYMPIAD [BOCOG], 2010).

Ao sediar tal evento, o Governo Chinês percebeu que era a oportunidade perfeita de mostrar ao mundo a emergência de uma nova potência mundial, dado o contexto de enfraquecimento dos Estados Unidos (após, principalmente, a Guerra do Iraque em 2002) e o fortalecimento da economia chinesa na seara internacional (DUARTE, 2012). Com isso, havia a intencionalidade da diplomacia chinesa em promover Beijing 2008 como forma de incrementar seu *soft power* e obter prestígio internacional, visto que era o momento perfeito de conjugar os interesses internos chineses – alterar sua imagem internacional – com a oportunidade mundial de sediar uma Olimpíada (NYE, 2008; LAFER, 1987).

O principal interesse chinês era incrementar o seu *soft power*, que tonaria possível a projeção internacional do país e a obtenção de prestígio internacional perante a comunidade internacional. É como Keohane (2008) pontuou quando escreveu sobre as Olimpíadas de Pequim e o *soft power*:

À medida que as bandeiras são baixadas durante os Jogos Olímpicos de 2008, a China está se aquecendo na conquista de um objetivo maior - um aumento de seu poder brando. Não só em termos de medalhas de ouro conquistadas pelos atletas chineses, mas pela bem-sucedida sediação dos jogos, a China espera ter avançado seu prestígio e atração para outros países (NYE, 2008, p. 01, tradução minha).

Nesse trecho fica claro que a sediação de Beijing 2008 era o momento propício para que a diplomacia chinesa lograsse êxito em seu objetivo primordial. Argumenta-se

que *o soft power* chinês nesse momento tinha objetivos específicos, eram eles: (i) mitigar a ideia da “ameaça da China”, que era presente tanto no contexto internacional como regional, devido ao contexto belicoso envolvendo o país no século XX; (ii) promover a pacificidade da emergência chinesa no cenário internacional; e (iii) aumentar o prestígio internacional do país, de forma a mostrá-lo definitivamente como uma potência internacional. Para isso, o país investiu forte em uma estratégia de propaganda que visasse a promover uma imagem positiva do país (DUARTE, 2012).

Um das imagens que se queria mitigar era a ideia de isolacionismo, que caracterizou a China em grande parte do século XX. Isso porque o regime político comunista chinês era visto com desconfiança pelos outros países, dada sua falta de transparência. Outro fator de empecilho era a língua nativa, o mandarim, que poderia ser uma dificuldade nas relações internacionais do país. Nesse sentido, era necessário eliminar qualquer efeito negativo que o evento poderia causar. Só interessava aos chineses oferecer um espetáculo deslumbrante do esporte, que ficaria marcado na história das Olimpíadas como o início da ascensão chinesa no âmbito esportivo e como potência mundial (DUARTE, 2012; SINGH, 2006).

Para isso, o Comitê responsável pela organização do evento, em parceria com a diplomacia chinesa, elaborou um relatório de execução da Beijing 2008²⁹. Nesse relatório, foram enumerados os objetivos que guiariam a realização do megaevento. Primeiro, ele seria utilizado de forma a expressar o ideal e o espírito olímpico. Objetava-se, então, transparecer a cultura e o espírito empreendedor, pacífico e próspero do povo chinês, apagando a imagem desses como não-pacíficos. Além disso, trabalhou-se com a ideia de *High Level*³⁰, isto é, havia uma preocupação latente dos chineses com a excelência ao organizar e executar o evento, mediante a grandiosa audiência que Beijing 2008 viria a obter (BOCOG, 2010).

Para além da inserção internacional da China como potência, Beijing 2008 também consagrou o esporte chinês. Isso porque, historicamente, foi a primeira vez que o país terminou em primeiro lugar no quadro geral de medalhas, superando os Estados

²⁹ Relatório disponível em:

<https://stillmed.olympic.org/Documents/Reports/Official%20Past%20Games%20Reports/Summer/ENG/2008-RO-S-Beijing-vol3.pdf>.

³⁰ “[...] alto nível das instalações e da organização nas competições; alto nível da cerimônia de abertura e de eventos culturais; alto nível de serviços de comunicação; trabalho de segurança de alto nível; serviço voluntário de alto nível; transporte e logística de alto nível; civilidade e simpatia de alto nível; performance atlética de alto nível [...]” (BARBOSA, 2014, p. 40).

Unidos. Isso indica que o chamado “*Projeto 119*”³¹ do governo chinês deu resultados. Esse projeto consistiu em um programa governamental de incentivo ao esporte, iniciado em 2002, que tinha como objetivo colocar os atletas chineses no topo da excelência olímpica. Para isso, o país investiu implacavelmente no treinamento dos atletas, principalmente em esportes que os chineses não tinham tradição, a exemplo da natação (JACOBS, 2008). Aqui fica claro a intenção chinesa em utilizar o megaevento para promover o esporte nacional em nível internacional (NYE, 2008).

O mandarim também poderia ganhar relevância internacional por meio do Beijing 2008. Observando isso, o governo chinês espalhou ao redor no mundo e, também na China, centros de ensino de Mandarim para incentivar o estudo da língua. Estima-se que milhares desses centros foram abertos no mundo com recursos e apoio advindos de Beijing, que visava, acima de tudo, propagar a cultura chinesa por meio do ensino de mandarim. Um exemplo desse desejo foram as mudanças realizadas no teste de proficiência em língua chinesa. A partir de 2007, esse passou a ter mais ênfase nas habilidades compreensivas e de comunicação dos candidatos, com o objetivo de facilitar o processo de aprendizado do mandarim (SINGH, 2006).

Diante do exposto, observa-se que por meio da sediação das Olimpíadas de Pequim o Governo Chinês buscou incrementar o seu *soft power*, de modo a alterar a imagem internacional do país. Com isso, objetava-se transpassar, por meio do megaevento esportivo, a imagem de país pacífico, requisito considerado essencial para a obtenção de prestígio internacional pela diplomacia chinesa. Dessa forma, seria possível concretizar um fato que já era visível para todos: emergia uma nova potência no cenário internacional, tanto nos esportes, quanto no âmbito econômico. E Beijing 2008 só confirmou os fatos.

3.1.2 A Copa do Mundo da África do Sul em 2010: o renascimento internacional da África

O sucesso da África do Sul na organização do torneio também foi imenso. A chamada “Nação Arco-Íris” deu um show de alegria e capacidade e representou uma nova esperança para todo o continente (FIFA, 2010, p. 01).

³¹ Projeto desenvolvido pelo governo chinês para incentivar a prática de esportes na China, com mais informações disponíveis em: <https://www.nytimes.com/2008/08/16/sports/olympics/16relay.html>.

As palavras da FIFA supracitadas revelam claramente o sentimento de esperança pós-Copa de 2010. Isso se explica, primeiro, pelo fato de esse ter sido o primeiro megaevento esportivo organizado pela FIFA a ser sediado em terras africanas. Esse fato é visto com muito orgulho, não só pelos sul-africanos – que foram os anfitriões –, como também pelos africanos em geral, dado o nível de competição envolvida no processo de escolha de um país-sede para a Copa do Mundo. Sabe-se que o campeão da edição anterior e o anfitrião atual são automaticamente classificados para o campeonato de futebol mundial. Diante disso, existe uma competitividade alta entre os países quanto à disputa pela sediação do megaevento (BARBOSA, 2014, p. 41).

Mas não é só isso. O contexto de segregação racial que o país vivenciou durante mais de uma década (1948-1994) afastou-o, por muito tempo, do esporte e da comunidade internacional como um todo. O *apartheid*, como é denominada a segregação racial institucionalizada na África do Sul em tal período, consistiu em um regime político no qual os direitos da maioria negra foram cerceados pela minoria branca sob a liderança do Partido Nacional da África do Sul. O objetivo era tornar legais os preceitos de divisão étnicas e raciais já existentes no país, exaltando os descendentes de europeus – africâner – em detrimento de outras etnias. Somente em 1990, com a libertação de Nelson Mandela da prisão – importante líder sul-africano contra a segregação racial –, sinalizou-se uma mudança nas posturas de desigualdades raciais vivenciadas no país rumo a uma sociedade mais igualitária (MAGADLA, 2014).

Esse regime trouxe diversas consequências negativas ao país no âmbito internacional. A imagem do país ficou intrinsecamente ligada às disparidades raciais e sociais, à violência e à calamidade do poder público. Isso, de certa forma, fez com que o país fosse excluído de discussões em órgãos internacionais e que recebesse diversas sanções econômicas, impedindo o recebimento de investimentos e ajudas internacionais. Nos esportes, o país teve sua participação banida dos Jogos Olímpicos de 1964 pelo COI, devido ao regime do *apartheid*. Sua participação só foi retomada em 1992 nos Jogos Olímpicos de Barcelona, quando o regime de segregação racial havia sido extinto (TONON, 2010).

Em 1994, Mandela assumiu a presidência na África do Sul e iniciou um momento de reconstrução da imagem do país, com medidas de combate à intolerância e ao preconceito racial. Curiosamente, um dos primeiros feitos do presidente foi no esporte, quando a África do Sul sediou o Campeonato Mundial de Rúgbi em 1995 (MAGADLA, 2014). O objetivo de Mandela era incluir o povo negro na prática do rúgbi, esporte

considerado, na época do apartheid, como de “branco”. Por meio desse evento, buscou-se demonstrar a unidade do povo sul-africano, negando qualquer continuidade com os preceitos pregados pelo regime anterior. Outrossim, era a oportunidade perfeita de mostrar que o país tinha condições de sediar megaeventos esportivos à nível internacional (TONON, 2010).

Nesse sentido, a escolha do país africano como sede da Copa do Mundo de 2010, significou para o continente um momento de renascimento na seara internacional. Era, de um lado, a prova de que o país estava sendo aceito de volta na “família global”, significando um instrumento poderoso para a reafirmação da imagem internacional positiva do país (VASCONCELLOS, 2011, p. 12). De outro, um resgate da relevância da África na comunidade internacional. Era necessário, portanto, “transformar uma imagem nos últimos anos abalada pela criminalidade, tensões étnicas e graves problemas sociais” (LIMA, 2013, p. 183) em algo positivo, que devolvesse ao país a confiança internacional. Por isso, a diplomacia sul-africana focou em organizar um evento, assim como no caso da China, de alto nível, para que fosse possível incrementar o *soft power* nacional (VASCONCELLOS, 2011).

Esse objetivo foi bem-sucedido para alguns autores, também se levadas em consideração repercussões na opinião pública internacional. Em uma pesquisa realizada com estudantes de graduação dos Estados Unidos, comprovou-se que houve uma mudança de percepções quanto à África do Sul, se comparado ao período anterior e posterior à realização da Copa do Mundo (LEPP; GIBSON, 2011). Segundo a investigação, antes da realização do megaevento, os estudantes associaram à imagem do país palavras tais como: segregação racial, Nelson Mandela, violência, fome, parques e vida selvagem, terceiro mundo, crime, entre outras. Após a realização da Copa, entretanto, percebeu-se que novas palavras foram citadas: Esporte, FIFA, futebol, clima quente, turismo, paisagens africanas, entre outras (LEPP; GIBSON, 2011, p. 220). Percebe-se então, uma mudança de percepções dos estudantes:

A Copa do Mundo da FIFA parece ter melhorada as imagens da África do Sul (SA). Os dados quantitativos mostraram um significativo aumento estatístico na percepção de SA como moderna, enquanto os dados de resposta livre mostram que a FIFA como um componente que aumentou drasticamente a imagem da SA. Além disso, a Copa do Mundo reduziu imagens negativas relacionadas a conflitos raciais (LEPP; GIBSON, 2011, p. 223, tradução minha).

Outro legado da Copa do Mundo da África do Sul corrobora o argumento da importância dos megaeventos esportivos para o aumento da visibilidade de países emergentes (ver Tabela 1). Isso porque, logo após a sediação com sucesso do megaevento esportivo, o país foi seguido pela escolha do Brasil como sede em 2014 e o Qatar em 2022, ambos países também considerados em desenvolvimento. Para se ter uma ideia, a maioria das pesquisas com turistas que viajaram para a Copa do Mundo na África do Sul, como já mencionado no capítulo anterior, afirmariam que voltariam de novo ao país, gerando ganhos com turismo importantes para a economia sul-africana (KNOTT et al., 2017; PASSOS, 2014).

Contudo, o legado positivo deixado pela Copa do Mundo da África do Sul não é unânime. Existem autores que argumentam que o evento também trouxe efeitos nocivos ao país sul-africano. De acordo com Praça (2012), ao mesmo tempo em que o evento foi grandioso em termos de ganhos econômicos, grande parte dos recursos foram para os bolsos dos dirigentes da FIFA. Com isso, muito pouco restou para a continuação do desenvolvimento social e urbano na África do Sul (PRAÇA, 2012, p. 02). Além disso, costuma-se afirmar que o país sede de um megaevento esportivo como a Copa, “vira vitrine, mas também vidraça”, isto é, ao mesmo tempo que o país ganha visibilidade, qualquer evento negativo pode fazê-lo virar vidraça, a exemplo dos assaltos aos hotéis de jornalistas durante a Copa do Mundo de 2010 (PASSOS, 2014). Por fim, constata-se que os indicadores sociais sul-africanos não tiveram grandes modificações pós-Copa, sendo a melhora da imagem internacional do país apenas a representação de um retrato bonito, mas passageiro (BONDE apud PASSOS, 2014).

Apesar de tudo, pode-se afirmar que a Copa do Mundo de 2010 contribuiu positivamente para a imagem internacional da África do Sul, de forma a incrementar o *soft power* nacional. Era um objetivo de política de Thabo Mbeki, que governou o país entre 1999 e 2008. Nesse período, foi formulada a política externa africana em prol da organização da Copa, com ênfase no impacto positivo que essa poderia ter ao ser sediada com sucesso (MAGADLA, 2014). Logo, defende-se que após a Copa na África do Sul, houve um renascimento da África no cenário internacional, no sentido de visibilidade positiva, apesar dos problemas sociais ainda persistirem e necessitarem de soluções.

3.2 A DÉCADA DO ESPORTE NO BRASIL: A DIPLOMACIA DA BOLA E A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO PAÍS

No período compreendido entre 2004 e 2014, argumenta-se que o Brasil viveu sua década do esporte. Isso porque, nesse decênio, o País sediou diversos megaeventos esportivos importantes, que contribuíram para que o futebol, principalmente, mas também outros esportes fossem entendidos pela diplomacia brasileira como ferramenta de política externa (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES [MRE], 2018). O objetivo desta subseção é demonstrar a saliência dos megaeventos esportivos para a política externa brasileira no Governo Lula e no Governo Dilma, bem como comprovar que esses sempre são utilizados de forma a reforçar uma imagem positiva do Brasil e do seu povo.

3.2.1 O governo Lula e o esporte: o futebol como eixo de soft power na política externa brasileira

A política externa do governo Lula da Silva, entre 2003 e 2010, foi marcada essencialmente pelo fortalecimento do *soft power* brasileiro. Isso se deu de diversas formas, desde a maior participação em foros internacionais até a aproximação com os países vizinhos (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; RESENDE, 2010, p. 35). Em suma, defende-se que com o advento do governo Lula houve o predomínio da *autonomia pela diversificação* como cerne da política externa do País, isto é, passou-se a entender que era necessário aderir aos princípios e normas internacionais, ademais de reforçar a soberania nacional e o multilateralismo. Com isso, houve uma maior diversificação dos parceiros internacionais do Brasil, como exemplo da cooperação Sul-Sul, que ficou evidente no período. Entre os temas que ganharam importância nessa mudança de postura do governo do Brasil, pode-se destacar o esporte, haja vista que o Brasil sediaria dois dos maiores megaeventos esportivos mundiais: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 (RESENDE, 2010).

Essa importância foi engendrada, entre outras iniciativas, por meio da “diplomacia da bola”³² que foi liderada pelo presidente Lula da Silva, sob a coordenação

³² Pode ser definida de acordo com Bubalo (2013): “[...] Em seu nível mais simples, a diplomacia [de futebol] é o uso de um interesse comum no futebol para criar redes. Essas redes podem ser usadas para uma variedade de outras finalidades, incluindo a diplomacia, forjar conexões políticas e comerciais, promover produtos, turismo, desenvolvimento e educação [...]” (p. 14, tradução nossa).

do Ministro Celso Amorim, os quais viam no esporte uma forma de projetar o país internacionalmente (SENHORAS, 2014). A exemplo desse tipo de diplomacia, pode-se citar a frase marcante do embaixador Roberto Jaguaribe que segue abaixo, da qual é possível depreender a importância da promoção da cultura esportiva brasileira no exterior por meio do futebol (SENHORAS, 2014): “O melhor embaixador do Brasil é o Futebol” (JAGUARIBE apud SENHORAS, 2014).

Um dos objetivos essenciais da diplomacia da bola no governo Lula era promover a cooperação esportiva entre os países, viabilizando a institucionalização do esporte como um eixo de *soft power* na ação da política externa brasileira (RESENDE, 2010; SENHORAS, 2014). É importante ressaltar que essa diplomacia não era só relativa ao futebol, mas também ao esporte em geral, visto que ela tinha como cerne a utilização de megaeventos esportivos como ferramentas de *soft power* e projeção internacional (SENHORAS, 2014). Em vista disso, argumenta-se que se engendrou no Governo Lula uma “diplomacia da bola e do esporte”, com o objetivo de utilizar o futebol e outros esportes como ferramentas de política externa, principalmente por meio da sediação de grandes eventos esportivos (RESENDE, 2010).

Como já foi visto anteriormente, os países emergentes são os que mais sediam megaeventos esportivos no mundo entre os anos de 2008 e 2022 (Tabela 1). Com relação à diplomacia da bola e do esporte não é diferente, esses são, também, os que mais a praticam e os que mais se beneficiam dela (CHADE, 2014a; SENHORAS, 2014). Outrossim, observa-se que, por meio dessa diplomacia, os países buscam chamar a atenção de algumas nações específicas, como as europeias e os Estados Unidos, que também são os mais ricos e influentes no cenário internacional. Para tanto, desenvolvem-se parcerias com países considerados emergentes ou subdesenvolvidos como forma de aumentar a influência nesses locais e assim atingir o objetivo final que se deseja (SENHORAS, 2014). Esse pensamento pode ser sintetizado na figura abaixo

Figura 3: Focos da Diplomacia da Bola no mundo



Fonte: CHADE, 2014a apud SENHORAS, 2014.

Dado isso, a institucionalização da diplomacia da bola e do esporte como eixo de *soft power* na política externa brasileira se deu em algumas etapas: por meio do “Jogo da Paz” entre Brasil e Haiti em 2004; pela realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007; pela criação da Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva (CGCE) no Ministério de Relações Exteriores (MRE) em 2008; e, finalmente a realização dos V Jogos Mundiais Militares de 2011 (JMMs), já no Governo Rousseff³³. Todos esses momentos foram fundamentais para a instrumentalização do esporte na política externa brasileira, que culminaram na escolha do Brasil como sede para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e para o Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (RESENDE, 2010, p. 35-40; SENHORAS, 2014). Esses momentos serão analisados em detalhe a seguir.

3.2.1.1 O “Jogo da Paz” de 2004

O “Jogo da Paz” entre Brasil e Haiti em 2004 sinalizou a primeira iniciativa do governo brasileiro rumo à institucionalização do futebol como uma ferramenta de *soft power* do País. Isso se explica pelo fato de que a política externa brasileira se utilizou do discurso do jogo de futebol para legitimar a Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH) que liderava no país caribenho (RESENDE, 2010; BIAZZI; FRANCESCHI NETO, 2007). Tal missão, que já havia sido iniciada em junho de 2004, contou com a participação de milhares de soldados brasileiros, que levaram não

³³ Para os fins deste trabalho somente será considerado o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014).

somente armas e equipamentos militares para as terras haitianas, mas também bolas de futebol e camisas da seleção brasileira para serem distribuídas à população local (GUIMARÃES; AMAZARRAY, 2011). Logo de início, então, era perceptível que o futebol poderia ser utilizado como elemento legitimador da intervenção da ONU, ao mostrar que as intenções benevolentes governo brasileiro (RESENDE, 2010). Isso fica claro no pronunciamento feito pelo presidente Lula ao discursar em Porto Príncipe, capital haitiana, no início do jogo da paz:

Nossa participação na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – a MINUSTAH - reflete o compromisso brasileiro com a ONU, com o multilateralismo e com a estabilidade regional. [...] Esperamos que este jogo [de futebol, entre Brasil e Haiti] possa se transformar em símbolo de nossa amizade e em estímulo para intensificarmos os contatos entre nossas sociedades” (LULA DA SILVA, 2004).

Em vista disso, o governo brasileiro comunicou à Confederação Brasileira de Futebol (CBF)³⁴ e aos jogadores sobre o desejo em realizar um jogo de futebol entre Brasil e Haiti. Com a aceitação de todos, o jogo foi marcado e realizado em agosto de 2004. Devido ao forte renome internacional dos jogadores brasileiros da Seleção nacional de futebol, como Ronaldinho Gaúcho, Ronaldo e Kaká – tendo sido este último nomeado embaixador da ONU na época – esperava-se que por meio do jogo, as imagens de humildade, respeito e comprometimento fossem transpassadas ao povo haitiano, que passaria a ver com bons olhos a MINUSTAH (BIAZZI; FRANCESCHI NETO, 2007; RESENDE, 2010). Alessandro Biazzi & Virgílio Franceschi Neto (2007) sintetizam tal argumento, dizendo:

Como resultado disso a presença brasileira no Haiti seria mais bem vista e aceita por parte da população local o que de certa forma facilitaria o trabalho das Forças de Paz presentes, tornando-o mais ágil e eficaz e contribuindo para o alcance das metas, que são: contribuir para a segurança do país e estabelecer condições para uma transição política pacífica (BIAZZI; FRANCESCHI NETO, 2007).

Com a realização do “Jogo do Paz” a diplomacia da bola brasileira conseguiu sua primeira vitória. Foi possível transmitir a mensagem – ao mundo e aos haitianos – de que o governo do Brasil estava realmente compromissado em colaborar para a mudança

³⁴ A CBF é a entidade dirigente máxima do futebol brasileiro, responsável pela organização das principais competições esportivas brasileiras e administradora da seleção brasileira de futebol (feminino e masculino). Sua relação com o governo é estreita, principalmente no que diz respeito à organização de megaeventos esportivos no País, necessitando trabalhar conjuntamente com as organizações governamentais para a realização desses (CBF, 2018).

das condições de instabilidade social e política no Haiti. Para isso, o evento contou com uma grande divulgação midiática, que corroborou para que os haitianos vissem com bons olhos a MINUSTAH e, especialmente, os soldados brasileiros (RESENDE, 2010). Além disso, pelo discurso das autoridades brasileiras, evidenciou-se as intenções de benevolência do governo brasileiro para com a instabilidade política e social do Haiti.

3.2.1.2 Os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos de 2007

Depois da realização do “Jogo da Paz” no Haiti, o próximo passo do governo brasileiro foi se organizar para sediar com sucesso os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos de 2007. É importante ressaltar que esse foi o terceiro megaevento mundial sediado pelo Brasil, que antes só havia sediado a Copa do Mundo de 1950 e os Jogos Pan-Americanos de São Paulo, em 1963. Nesse sentido, sediar novamente o maior evento esportivo do continente americano despertou atenção dos dirigentes esportivos e políticos brasileiros, que por meio da Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e a Prefeitura do Rio de Janeiro, lançaram a candidatura em 2001 – período anterior ao Governo Lula. Essa era a oportunidade perfeita do Brasil e do Rio de Janeiro, especificamente, serem vistos e reconhecidos no cenário internacional (RESENDE, 2010; GURGEL, 2008).

Sendo assim, Itamaraty, Presidência da República e governo Municipal do Rio de Janeiro trabalharam conjuntamente com o Comitê Olímpico Internacional (COI) para que tudo estivesse organizado e pronto para a realização do megaevento. Se sediado com sucesso, seria o elemento chave para que o Brasil se credenciasse perante a comunidade internacional para sediar outros megaeventos de maior alcance, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas (RESENDE, 2010). Isso fica claro em um trecho da entrevista concedida pelo presidente Lula da Silva à imprensa em 2007, no qual ele afirma qual seria a importância de o Brasil sediar o evento:

Eu acho que, independentemente das medalhas que a gente possa ganhar, independentemente de ser a maior delegação brasileira de todos os tempos a participar de Jogos Pan-Americanos, eu penso que o que vai ser mais importante, até do que o legado que vamos deixar no Rio de Janeiro depois que o PAN terminar, é a imagem que o Brasil vai poder construir no exterior sobre a sua capacidade de organizar e de concretizar eventos dessa magnitude. Por que isso? Porque nós estamos pleiteando a Copa do Mundo de 2014, nós estamos pleiteando e sonhando que um dia a América do Sul e o Brasil poderão vir a ser sede de uma Olimpíada e, para isso, nós precisamos fazer um evento que seja marcante, não apenas por uma estrutura de qualidade, mas que seja marcante pela qualidade da organização, que seja marcante pela qualidade da segurança que nós oferecermos aos atletas, que seja marcante pela qualidade

do tratamento que o povo brasileiro, sobretudo o povo que vai participar do PAN, vai dar aos atletas estrangeiros que virão e, também, pela performance que o Brasil tiver nas competições. (LULA DA SILVA, 2007, p. 01).

Nesse trecho também fica claro o discurso da diplomacia da bola, segundo o qual a sediação com sucesso de megaeventos esportivos promove a imagem internacional do Brasil, que no caso do Pan, poderia abrir portas para a sediação de outros megaeventos de importância. Observa-se, portanto, a ligação teórica aqui discutida nos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos de 2007, que foram usados mais uma vez pela política externa brasileira como uma ferramenta para incrementar o *soft power* brasileiro (RESENDE, 2010). Nesse caso, se analisada em termos dos objetivos propostos, pode-se dizer que a diplomacia da bola e do esporte conseguiu bons resultados com o Pan, tanto na sediação do evento quanto na promoção de imagem positiva do Brasil, visto que o País não só sediou a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016, como também os V Jogos Militares de 2011 e a Copa das Confederações em 2013.

3.2.1.3 A criação da CGCE e a operacionalização da diplomacia da bola

O Brasil já havia conseguido bons resultados pela prática da diplomacia da bola e do esporte. Contudo, ela só foi operacionalizada com a criação de um órgão específico para tratar do assunto. A criação da Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva (CGCE) no MRE em 2008 foi a terceira etapa da institucionalização do esporte como ferramenta de política externa e de *soft power*. O órgão foi criado para lidar com a agenda do esporte e sua inclusão na política externa brasileira. Entre as suas funções, pode-se destacar a coordenação da cooperação esportiva entre o Brasil e outros países, como também com instituições esportivas; promover, em parceria com o Governo Federal, ações de intercâmbio de experiências entre países-sedes de megaeventos esportivos; e representar o MRE em reuniões interministeriais relacionadas à realização de megaeventos esportivos (RESENDE, 2010; SENHORAS, 2014).

Durante o governo Lula, as principais ações da CGCE estruturaram-se em torno do estabelecimento de acordos bilaterais que pudessem trazer retorno para o desenvolvimento do esporte nacional. No âmbito das Nações Unidas, o Brasil patrocinou diversas resoluções que envolviam o tema do esporte: (i) a chamada “Trégua Olímpica” com o objetivo de construir um mundo melhor por meio do esporte e dos ideais

olímpicos³⁵; (ii) a criação do “Dia Internacional do Esporte para o Desenvolvimento e a Paz³⁶; e (iii) o estabelecimento do “Esporte para a Promoção da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento e da Paz³⁷ (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2018; RESENDE, 2010).

Observa-se, portanto, que a CGCE conseguiu conjugar o cerne da política externa do Governo Lula, que é a *autonomia pela diversificação* – que significa a diversificação dos parceiros internacionais do Brasil e o incremento do multilateralismo – com a inclusão do esporte na agenda internacional do Brasil. Isso fica evidente com as resoluções supracitadas e também com o incremento das relações bilaterais com países do Sul, tais como os africanos, com os quais o Brasil desenvolveu suas principais relações no período (RESENDE, 2010). Por meio da relação brasileira com esses, foi possível diversificar o leque de cooperação do País, estabelecendo parcerias importantes, inclusive na área de megaeventos esportivos, dado que a África do Sul, por exemplo, sediaria a Copa do Mundo de 2010 (SENHORAS, 2014).

3.2.2 Dilma Rousseff e a efetividade da diplomacia da bola e do esporte: Os V Jogos Mundiais Militares de 2011(JMMs) e a Copa das Confederações de 2013

Em geral, a política externa do primeiro Governo Rousseff é vista em termos de declínio em relação ao Governo Lula (CERVO; LESSA, 2014). Isso se explica, de acordo com Amado Cervo & Antônio Carlos Lessa, pelo fato de não haver na gestão Rousseff, ideias-força³⁸ que motivassem a política externa. Sem isso, era impossível manter um diálogo aberto com a sociedade em geral, fazendo com que esse período fosse marcado pelo declínio da política interna e exterior do Brasil. O segundo fator de influência foi a crise do paradigma do Estado Logístico vivenciada no primeiro mandato de Rousseff. Por esse paradigma entende-se o relacionamento colaborativo entre Estado e agentes não-governamentais da sociedade, aos quais são repassados poderes e responsabilidades no âmbito interno e externo (CERVO; LESSA, 2014; CERVO, 2008).

³⁵Resolução A/RES/66/5: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=%20A/RES/66/5 e A/RES/68/9: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/68/9.

³⁶ Resolução A/RES/67/77: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/67/296 .

³⁷ Resolução A/RES/65/4: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/65/4 .

³⁸ Ideias que guiam a ação de política externa, que demonstram seus pontos chaves. A exemplo, pode-se citar as ideias força proferidas durante o Governo Lula: “todo cidadão tem direito à três refeições por dia”, “reciprocidade entre as nações” e “conflito tem dono, solução não tem” (CERVO, 2014)

Também pode-se falar em uma contenção³⁹ na política externa brasileira do período abordado, assim como defendido por Cornetet (2014). Segundo ele, no primeiro mandato da sucessora de Lula da Silva, houve uma contenção na continuidade da política externa brasileira, isto é, embora os objetivos nacionais de autonomia e desenvolvimento tivessem sido mantidos por Rousseff, a política externa se tornou menos ativa e menos ousada (CORNETET, 2014, p. 30). Isso vai ao encontro do que manifestavam parcelas expressivas da opinião pública em relação ao assunto: em uma pesquisa de opinião desenvolvida no final de 2015 pela internet, aferiu-se que a maioria dos entrevistados concebiam a política externa do Governo Dilma como menos ativa e mal conduzida, sendo que muitos consideraram que a projeção internacional do país piorou em relação aos governos anteriores (SILVA, 2015).

Contudo, foi no governo Dilma que ocorreram os principais megaeventos esportivos já sediados pelo Brasil: a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Antes disso, houve outros eventos importantes e históricos para o Brasil, como os V Jogos Mundiais Militares de 2011 e a Copa das Confederações de Futebol, de 2013. Argumenta-se que todos esses megaeventos esportivos foram resultados das políticas executadas no governo Lula, dado que a candidatura foi construída e obtida pela diplomacia da bola e do esporte exercida com mais força nesse período. Nesse sentido, no mandato de Rousseff, pode-se dizer que os frutos da década do esporte foram colhidos, em termos de realização propriamente dita dos megaeventos. Entretanto, todo o processo de formulação e execução de política externa se deu em um momento anterior, que foi liderado por Lula da Silva (RESENDE, 2010).

Em vista disso, apresentar-se-ão dois megaeventos que precederam a Copa do Mundo de 2014 – que é o estudo de caso final desta análise. Defende-se que tanto os JMMs de 2011 quanto a Copa das Confederações de 2013 foram essenciais para aumentar a confiabilidade da comunidade internacional com relação à capacidade do Brasil em sediar megaeventos esportivos de grande alcance.

³⁹ De acordo com Cornetet (2014), a contenção na continuidade durante o Governo Rousseff refere-se ao fato de que a política externa nesse período se tornou menos ativa e altiva, perdendo a força conquistada no Governo Lula.

3.2.2.1 Os V Jogos Mundiais Militares de 2011 (JMMs): o passo final rumo à Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016

Juntamente com os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos de 2007, o Brasil ainda teve a oportunidade de sediar mais um megaevento esportivo mundial no Governo Dilma: os V Jogos Mundiais Militares de 2011 (JMMs). Esse megaevento só foi passível de ser realizado devido ao legado de sucesso do Pan de 2007, a exemplo da infraestrutura construída na cidade do Rio de Janeiro que pôde ser reutilizada (RESENDE, 2010). A escolha do Brasil como sede dos JMMs de 2011 foi feita em 2007, em Burkina Faso, durante a 62ª Assembleia Geral do Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM, na sigla em inglês). O órgão brasileiro responsável pela organização do evento era a Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMDB)⁴⁰, que se aliou à CGCE para organizar o evento (GUIRRA, 2014, p. 04).

Os V JMMs de 2011 contaram com uma estrutura impressionante, que permite os comparar ao Pan e Parapan de 2007, visto que obtiveram a participação de cerca de 110 países e mais de 6.000 atletas. Ao todo, a força de trabalho envolvida na organização do evento militar, incluindo voluntários, militares de apoio e terceirizados, superou os 25 mil, ultrapassando os números do Pan 2007 (GUIRRA, 2014). O palco principal do megaevento foi a cidade do Rio de Janeiro, que por nove dias, se tornou o centro das atenções dos amantes do esporte militar de todo o mundo. Ao final da competição, o Brasil alcançou o histórico primeiro lugar no quadro geral de medalhas, tendo conseguido 45 medalhas de ouro, 33 de prata e 36 de bronze (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2018; GUIRRA, 2014).

É importante ressaltar que o fato de o Brasil ter sido escolhido como sede dos V JMMs de 2011 foi uma surpresa desde o início, visto que não se esperava que um país com tão pouca tradição militar, tanto no esporte quanto na guerra, teria condições de sediar um megaevento desse tipo (GUIRRA, 2014). Aqui, observa-se que o legado do Pan de 2007 e a projeção que esse evento angariou internacionalmente foi crucial para a escolha do Brasil como sede dos JMMs, dado o aumento do poder atrativo do País – visível nas discussões internacionais sobre o assunto. Além disso, a diplomacia brasileira, guiada pela diplomacia da bola, cumpriu papel fundamental ao combinar possibilidades externas – mapear os eventos esportivos que podiam ser sediados – com os interesses

⁴⁰ Órgão subordinado ao CISM, com sede em Brasília, integrando o Ministério da Defesa, vinculando-se à Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (GUIRRA, 2014).

nacionais do país – dar visibilidade internacional ao Brasil (RESENDE, 2010; GUIRRA, 2014).

Essa visibilidade internacional era o bem mais almejado pela diplomacia brasileira, que contou com o apoio do Governo Federal, principalmente no que concerne à liberação de recursos financeiros. É como aponta o então Ministro do Esporte, Aldo Rabello, na assinatura do protocolo de intenções que criava um espaço para treinamento dos militares para as Olimpíadas de 2016, em 2011:

O governo federal precisa entrar com a parte mais importante, que são os recursos. Não tem como a prefeitura e o governo do estado assegurar o êxito de um evento desse porte, sem os recursos federais. Muitas vezes não estaremos presentes nos eventos relacionados a preparação dos Jogos, mas na hora de resolver os problemas, o governo federal estará sempre ao lado da prefeitura e do governo do estado (GARCIA, 2011, p. 01).

Dentro desse contexto, observa-se que por meio da sediação dos V Jogos Mundiais Militares de 2011, o Brasil tinha, mais uma vez, a oportunidade de projetar-se internacionalmente. Nesse momento, o objetivo primordial da diplomacia brasileira era dar visibilidade ao esporte militar brasileiro e, dessa forma, obter ganhos financeiros e políticos no cenário internacional para o País. O principal ganho esperado no âmbito político era o apoio da comunidade internacional com relação à realização da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

3.2.2.2 A Copa das Confederações de 2013

O último megaevento sediado no Brasil antes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 foi a Copa das Confederações de 2013, que pode ser considerada o evento-teste para todas as Copas do Mundo. Esse evento é organizado pela Federação Internacional do Futebol (FIFA) em parceria com o Comitê Organizador Local (COL), e ocorre sempre um ano antes da Copa do Mundo no país-sede, como forma de finalizar a preparação das condições ideais de realização do evento. No caso brasileiro, ocorreu em meio a turbulências políticas e diversos protestos populares ocorridos em junho de 2013, que tiveram como estopim o aumento das passagens de ônibus em São Paulo e os escândalos de corrupção. Isso, de certa forma, influenciou na imagem internacional do Brasil, que chegou a ser questionado pela entidade organizadora sobre a possibilidade de ocorrência

da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de Futebol no ano seguinte (CURI, 2014).

Mesmo em meio às manifestações, a Copa das Confederações ocorreu entre 15 e 30 de junho de 2013 em diversas cidades pelo Brasil. Em quase todos os jogos, houve protestos nos arredores dos estádios, que tinham como objetivo dar alcance internacional para os problemas políticos e sociais pelos quais o Brasil passava. Nesse contexto, surgiram boatos de que o evento podia ser cancelado, o que foi prontamente negado pela FIFA, que por meio de nota manifestou-se dizendo: "Nem a Fifa e nem o COL (Comitê Organizador Local) sequer discutiram a possibilidade (de cancelar a Copa das Confederações)" (CHADE, 2014, p. 01).

O evento contou com a participação do país campeão da Copa do Mundo de 2010, os campeões continentais e o Brasil como país-sede. Ao final, o Brasil conquistou seu quarto título da competição, diante da então campeã do mundo, Espanha, pelo placar de 3 a 0. Além do ganhar o título, o Brasil obteve alguns ganhos significativos com relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e à geração de empregos no período. Segundo dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), durante a Copa das Confederações houve mais de 20,7 milhões em movimentação financeira, sendo que desses, 9,7 milhões foi obtido como renda, sendo um acréscimo direto ao PIB brasileiro (FIPE, 2013, p. 03).

Em suma, observa-se que a Copa das Confederações de 2013 foi menos significativa em termos de *soft power* e projeção internacional para o Brasil. Isso porque devido aos protestos que conviveram com o megaevento esportivo, a imagem internacional positiva do Brasil não foi evidenciada. Todavia, sem a ocorrência dela, argumenta-se que a sediação da Copa do Mundo de Futebol de 2014 poderia ficar ameaçada, dado a natureza de teste daquela. Além disso, ela faz parte da década do esporte brasileiro e da diplomacia da bola, que em conjunto, demonstram uma linha de política externa contínua, durante o Governo Lula e Dilma, em prol da utilização dos megaeventos esportivos como um eixo de *soft power* e projeção internacional na política externa do Brasil.

Dito isso, é necessário agora olhar para o caso de estudo deste trabalho, que é o Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014. Procura-se observar se houve intencionalidade por parte da diplomacia brasileira em projetar o megaevento esportivo como ferramenta de *soft power* e projeção internacional.

4 A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014 COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DO *SOFT POWER* E DA IMAGEM INTERNACIONAL DO BRASIL (2006-2014)

Esta seção busca analisar a propositura de realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil como ferramenta de promoção da imagem internacional do País. A pergunta que se quer responder refere-se à intencionalidade – a dimensão intencional (CARLSNAES, 1992) – da política externa brasileira quando o governo formula e implementa uma política de promoção de imagem e do *soft power* por meio da sediação de um megaevento esportivo. Em outras palavras, procura-se investigar os objetivos almejados pela diplomacia brasileira por meio da sediação da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Argumenta-se que, desde 2006, quando da candidatura do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014, até meados de 2014, antes do início da Copa, a diplomacia brasileira tinha intenção de utilizar o megaevento esportivo para promover a imagem internacional do País. Isso foi feito de forma a agregar novos atributos à imagem internacional brasileira, para que o País fosse visto como digno de prestígio internacional. Entre os novos atributos a serem atrelados à referida imagem, pode-se destacar a economia forte e estável, a estabilidade da democracia, a justiça social e a cultura de paz (PLANO DE PROMOÇÃO, 2012).

Como já mencionado anteriormente, para abordar o estudo de caso do Brasil e a Copa do Mundo de Futebol de 2014 será lançado mão de uma metodologia qualitativa, que é composta de dois métodos: a Análise de Conteúdo de Discurso (AC) e a Análise Documental (AD). Essencialmente, são utilizados como fontes primárias discursos da diplomacia brasileira e documentos oficiais de governo nos quais é possível inferir a intencionalidade em promover a Copa de 2014 como ferramenta de política exterior do País. Os referidos documentos estão disponíveis nos sites eletrônicos das agências governamentais brasileiras e no site relativo à Copa de 2014⁴¹.

Para isso, a primeira subseção apresentará ao leitor a composição da diplomacia brasileira, que é aqui considerada como o principal ator da formulação e implementação da política externa do Brasil para a Copa de 2014. Em seguida, será feita uma análise do

⁴¹ Os principais sites são o do Ministério das Relações Exteriores (<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/>), o da Presidência da República (<http://www2.planalto.gov.br/>) e o relativo à Copa do Mundo de Futebol de 2014 (<http://www.copa2014.gov.br/>).

Governo Lula (2006-2010) e, como, a partir desse período iniciou-se o processo de formulação da política externa brasileira para a Copa. Por fim será analisado o primeiro Governo Dilma (2011-2014) e a implementação das intenções da diplomacia brasileira com a promoção da Copa de 2014.

4.1. O *PETIT COMITÉ BRASILEIRO*: DEFININDO A DIPLOMACIA BRASILEIRA (2006-2014)

Esta subseção busca clarificar para o leitor a composição da diplomacia brasileira durante os anos de 2006 e 2014. É necessário ressaltar que a ênfase desse estudo de caso está no processo de tomada de decisão que levou à elaboração da política externa. Isso porque essa é considerada como um processo, que envolve múltiplos atores e estruturas, e não simplesmente como um resultado (HUDSON, 2007, p. 15). Assim, a elaboração da política externa consiste em um processo complexo de interação entre variados atores inseridos em uma gama de estruturas (HILL, 2003). Na questão da promoção da Copa no Brasil, é necessário considerar os tomadores de decisão (*decisionmakers*) envolvidos – a diplomacia brasileira – e o processo de tomada de decisão (*decisionmaking*) que levou à elaboração da política externa – entre os anos de 2006 e 2014 (HUDSON, 2007).

Os *decisionmakers* ou tomadores de decisão são relevantes para a análise aqui proposta, por serem os elaboradores e executores de excelência da política externa. Nesse sentido, os tomadores de decisão no caso específico desta pesquisa são os atores que compunham a diplomacia brasileira entre os anos 2006 e 2014. É importante ressaltar que de acordo com o modelo de análise adotado neste trabalho – modelo burocrático –, a política externa é encarada como uma ação governamental elaborada e executada no âmbito administrativo do Estado, sendo o resultado direto de discussões e negociações realizadas dentro do escopo dos chamados *petit comités* (ALLISON; ZELIKOW, 1999; HUDSON, 2007; JANIS, 1982). O *petit comité* brasileiro, é formado pelo chefe de Estado, pelo Ministro das Relações Exteriores, pelo Ministro de Esportes e pelo presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

A escolha desses atores justifica-se pelo fato de a Presidência, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério do Esporte (ME) e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) serem as agências diretamente envolvidas no processo de tomada de decisão da política externa de promoção da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Como o

período aqui considerado abarca dois governos diferentes⁴², houve mudanças com o passar dos anos nas autoridades à frente dessas agências (como pode ser visto na Tabela 3), apesar de todos eles manterem os objetivos quanto à Copa de 2014.

Tabela 2: O petit comité brasileiro (2006-2014)

Agência Governamental	Período	
	2007-2010	2011-2014
Presidência da República	Lula da Silva	Dilma Rousseff
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	Celso Amorim	Antonio Patriota
Ministério dos Esportes (ME)	Orlando Silva	Orlando Silva/Aldo Rebelo
Confederação Brasileira de Futebol (CBF)	Ricardo Teixeira	Ricardo Teixeira/ José Maria Marin

Fonte: Elaboração própria (2018)⁴³

Logo, pretende-se analisar a interação dessas agências no planejamento e na execução da política externa para utilização do megaevento futebolístico como ferramenta de *soft power* e projeção internacional do País. Como forma de analisar a intencionalidade da diplomacia brasileira, se lançará mão de uma análise de conteúdo de discurso dessas chefias e de uma análise documental nas bases de dados do governo, como metodologia utilizada. Faz-se necessário, agora, olhar com atenção para a aplicação ao caso de estudo dos métodos de pesquisa e análise documental já descritos na parte inicial deste trabalho.

⁴² Diferentes no sentido da mudança do chefe de Estado: Lula da Silva de 2007 a 2010 e Dilma Rousseff, de 2011 a 2014.

⁴³ Tabela elaborada pela autora com base nos dados disponíveis nos sites governamentais do Brasil quanto às lideranças das agências governamentais brasileiras (MRE, 2018).

4.2 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE GRANDES EVENTOS NO BRASIL COMO INSTRUMENTOS DE *SOFT POWER* E PROMOÇÃO DE IMAGEM

No presente trabalho, analisar-se-ão discursos dos Presidentes da República, dos Ministros das Relações Exteriores, dos Ministros dos Esportes e da CBF entre os anos de 2006 e 2014. Objetiva-se observar, por meio da análise de conteúdo do discurso, que todos eles expressam o desejo de utilizar a Copa do Mundo de Futebol de 2014 como ferramenta de *soft power* e de projeção internacional do Brasil. Ressalta-se que todos os discursos aqui analisados são fonte primárias extraídas do site oficial do Ministério das Relações Exteriores durante os anos 2006 e 2014 e também de entrevistas dadas a meios de comunicações nacionais e internacionais.

Procura-se, ainda, por meio da análise documental, observar uma continuidade entre os objetivos expressos pelos documentos oficiais do Brasil no sentido da utilização da Copa de 2014 como ferramenta de política externa do País. Além disso, buscar-se-á, traçar um paralelo entre as inferências retiradas dos discursos das autoridades e dos documentos oficiais, fazendo-os dialogar entre si, tornado possível a observância da consonância entre os dois métodos. Consequentemente, objetiva-se comprovar por meio desse diálogo que os documentos comprovam, de forma concreta, os objetivos expressos nos discursos.

Os documentos a serem analisados nesta análise estão presentes, em sua maioria, no site oficial do Governo do Brasil sobre a Copa do Mundo de 2014 e foram produzidos pelo Grupo Executivo da Copa do Mundo (GECOPA) entre 2006 e 2014. Todos eles se caracterizam como documentos oficiais do Governo brasileiro, referentes aos objetivos da realização da Copa de 2014. A AD se baseará em uma pesquisa qualitativa em tais documentos que busque comprovar a hipótese levantada por este trabalho.

É necessário, por fim, estabelecer os indicadores que serão utilizados para comprovar que a diplomacia brasileira tinha intenções de utilizar a Copa do Mundo de 2014 para projetar o País internacionalmente. Em termos de *soft power*, serão considerados como indicadores: a tentativa de promover a imagem internacional do País, o reforço aos atributos positivos do Brasil, como a cultura, a economia e próprio futebol, a reafirmação da capacidade do País em sediar grandes eventos, entre outros. Com relação à promoção de imagem e o prestígio internacional, os indicadores são: a tentativa de desenvolver o *soft power* nacional, cooperação com outros países para expandir a imagem

do Brasil, o reforço aos atributos positivos do País e a tentativa de se adequar às regras do sistema internacional. Como pode ser visto, os dois conceitos estão inter-relacionados, sendo que a ocorrência de ambos deve ser vista em conjunto e não como eventos isolados.

4.3 A CANDIDATURA E A ESCOLHA DO BRASIL COMO SEDE DA COPA DO MUNDO DE 2014 (2006-2010): O INÍCIO DA FORMULAÇÃO E DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA PARA A COPA

Nesse primeiro momento, entre 2006 e 2010, argumenta-se que se iniciou o processo de formulação e implementação da política externa brasileira para a Copa de 2014. Essa tinha como objetivo utilizar o megaevento esportivo como ferramenta de *soft power* e projeção internacional do País. Para isso, essa subseção será dividida em três momentos: (i) a candidatura brasileira para a Copa de 2014 – 2006; (ii) a escolha do Brasil para a Copa de 2014 – 2007; (iii) a operacionalização da diplomacia da bola e do esporte com a criação do CGCE e do GECOPA – 2008-2010. Defende-se que nesse primeiro momento foram formulados os objetivos da política externa do Brasil, que serão concretizados em 2012 com o Plano de Promoção para Copa.

4.3.1 A candidatura brasileira para a Copa: Brasil como candidato único

Quando a FIFA declarou, em 2000, que a Copa de 2014 seria na América do Sul (BBC, 2003), esse evento começou a ser visto com bons olhos pela diplomacia brasileira. Isso porque, em termos de Copas do Mundo, o Brasil aparece como a maior potência esportiva, dado que é o maior vencedor da competição, com cinco títulos mundiais. De acordo com M. Suplicy (2013), essa cultura esportiva do Brasil gera uma identificação no exterior, chamando atenção da comunidade internacional e gerando ganhos em termos de *soft power* para o País. Esse quadro também se fez presente durante o processo de candidatura do Brasil, que se destacava frente aos outros concorrentes sul-americanos⁴⁴ na corrida rumo à sediação da Copa de 2014 (BBC, 2003).

Em, 2003, no entanto, em uma reunião extraordinária da Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL), algo inédito aconteceu: as dez confederações sul-

⁴⁴ Peru, Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela apresentaram candidaturas em 2003 (AGÊNCIA EFE, 2006).

americanas anunciaram apoio à candidatura brasileira, determinando o Brasil como candidato único da América do Sul à sediação da Copa de 2014 (CHADE, 2014b). O otimismo brasileiro era tão grande que, ainda em 2003, o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, falava como se o Brasil já tivesse obtido a sediação do megaevento esportivo: “normalmente, os países só sabem que vão sediar a Copa seis anos antes, isso nos deu uma grande vantagem. Temos muito tempo para trabalhar e podemos realizar isso aos poucos. O Brasil está à altura do desafio” (BBC, 2003, p. 01).

No entanto, somente em 2006, o País começou a trabalhar efetivamente na construção da candidatura. Em novembro de 2006, o governo brasileiro deu o primeiro passo rumo à construção da candidatura: publicou-se no Diário Oficial da União (DOU) a criação de um grupo de trabalho para elaboração do processo de candidatura brasileira. Entre os membros desse grupo estavam os representantes do Ministérios do Esporte, Casa Civil, Planejamento, Fazenda, Relações Exteriores, Justiça, Cidades e Turismo (CHADE, 2014b). Tal feito foi elogiado pelos dirigentes da FIFA, que enviaram mensagens ao governo brasileiro, apoiando a criação do grupo. Em dezembro de 2006, um fato “ameaçaria” a candidatura brasileira: o Secretário de Esportes de Pequim, Sun Kanglin, afirmou que a China se candidataria como sede da Copa de 2014, o que foi prontamente descartado pelo presidente da FIFA, Joseph Blatter, que queria que a Copa ocorresse no continente sul-americano (AGENCIA EFE, 2006).

Finalmente, em 13 de dezembro de 2006, Ricardo Teixeira oficializou a candidatura brasileira perante a FIFA. Após esse fato, diversos dirigentes de confederações de futebol de países sul-americanos, como Nicolás Leoz, paraguaio presidente da CONMEBOL, declaram apoio ao Brasil, afirmando que o país teria plenas condições de sediar a Copa de 2014 (AGENCIA EFE, 2006). O próximo passo seria a inspeção da FIFA, que ocorreu entre agosto e outubro de 2007, segundo a qual, o Brasil teria condições de “organizar uma Copa do Mundo excepcional em 2014”, apesar de demonstrar preocupações quanto à condição dos estádios de futebol no País (FIFA, 2007, p. 01). Esse foi o último passo da FIFA antes de escolher oficialmente o Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014.

4.3.2 A escolha do Brasil como sede da Copa de 2014

Em 30 de outubro de 2007, o Brasil foi escolhido como sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em uma reunião realizada em Zurique. Estavam presentes autoridades

brasileiras, tais como o presidente Lula da Silva, o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, o Ministro do Esporte, Orlando Silva e o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ademais do técnico da seleção brasileira, Dunga, e jogadores renomados (CHADE, 2014b; CANÔNICO, 2007). Estes últimos, inclusive, já haviam feito um trabalho de divulgação do Brasil durante a Copa América de 2007⁴⁵, quando após conquistar o título da competição, desfilaram pelo estádio com camisetas com a logo da Copa de 2014 (Figura 4). Questionado sobre seu envolvimento com o projeto brasileiro de sediação, Dunga afirmou que esse deveria ser um projeto de todos os brasileiros, afirmando que é necessário valorizar o que é feito no Brasil (CANÔNICO, 2007).

Figura 4: Brasil exibe camisetas com a logo da Copa de 2014 ao ser Campeão da América em 2007



Fonte: Alchetron (2007).

Nessa cerimônia já foram elucidados os primeiros objetivos que o Brasil buscava por meio da sediação do megaevento esportivo, principalmente no que concerne à projeção internacional do País. Isso fica claro no discurso de Lula na cerimônia, ao afirmar que:

[..] Realizar uma Copa do Mundo é uma tarefa imensa, é uma tarefa, eu diria, incomensurável, mas se o Brasil já foi capaz de realizar uma, em 1950, quando eu tinha apenas quatro anos e seis meses de idade, imagine o que o Brasil não pode fazer quando eu já terei 69 anos de idade. Portanto, poderemos fazer essa Copa do Mundo. No fundo, no fundo, nós estamos aqui assumindo uma responsabilidade enquanto nação, enquanto Estado brasileiro para provar ao mundo que nós temos uma economia crescente, estável, que nós somos um dos países que está com a sua estabilidade conquistada [...] (LULA DA SILVA, 2007, p. 01).

⁴⁵ Realizada entre 26 de Junho e 15 de Julho de 2007 (CANÔNICO, 2007).

Além de buscar tranquilizar os dirigentes da FIFA – concernente aos problemas de infraestrutura que o Brasil apresentava –, o presidente Lula realçou alguns dos atributos brasileiros que objetavam ser transpassados: economia crescente e a estabilidade do País, principalmente em relação ao regime democrático. Esse fato realça o desejo brasileiro de utilizar o megaevento esportivo com um meio para incrementar o *soft power* nacional e também para ser “aceito” pela comunidade internacional em termos de um país com *status* ou prestígio. Ao dizer isso, o presidente buscava enquadrar o Brasil como um Estado institucional⁴⁶, demonstrando pertença qualificada ao sistema internacional (ALDEN; ARAN, 2012; DE CARVALHO; NEUMANN, 2015; CARVALHO PINTO, 2016).

O tom nacionalista também marcou o discurso de outras autoridades brasileiras. O ministro dos esportes, Orlando Silva afirmou que o Brasil era uma “pátria de chuteiras”, referindo-se à cultura esportiva vitoriosa do país no futebol. Já Ricardo Teixeira, presidente da CBF, procurou em seu discurso ressaltar o legado positivo que a Copa de 2014 traria para o País: “o modelo proposto para a Copa no Brasil prevê a prioridade para os investimentos privados na construção e na reforma dos estádios, deixando os recursos públicos para a modernização da infraestrutura” (NINIO, 2007, p. 01). Comentários negativos, principalmente referentes à condição precária dos estádios brasileiros, foram duramente criticados pelo presidente da FIFA, Joseph Blatter, que fez questão de demonstrar seu apoio à realização da Copa no Brasil (NINIO, 2007; CHADE, 2014b).

Após esse evento, a diplomacia brasileira começou a trabalhar efetivamente em prol de um plano de promoção do País para a Copa, operacionalizando a diplomacia da bola e do esporte que já era praticada no Governo Lula. Esse momento foi marcado pela criação da CGCE no MRE em 2008 e pela formação do GECOPA, que seria o grupo responsável por organizar o megaevento esportivo.

4.3.3 “A Copa Do Mundo é Nossa”: operacionalizando os objetivos (2008-2010)

Após a efetivação da candidatura brasileira, era necessário formular e implementar a política externa voltada para o megaevento esportivo. Como já foi dito na segunda parte desse trabalho, a criação da CGCE em 2008, veio para dar operacionalidade

⁴⁶ Isto é, um Estado com um conjunto de organizações administrativas e institucionais, coordenadas pela figura central do Presidente da República (ALDEN; ARAN, 2012, p. 64).

à diplomacia da bola e do esporte já praticada pela diplomacia brasileira. O Jogo da Paz de 2004 e a Copa das Confederações de 2007 mostraram a necessidade de criação de um órgão dentro do Itamaraty que lidasse com as questões do esporte como ferramenta de política externa brasileira. A escolha do Brasil como sede da Copa de 2014 aumentou ainda mais essa necessidade, visto que depois de 57 anos o país voltaria a sediar um evento de tamanhas proporções – só o havia feito na Copa de 1950 (CHADE, 2014b; RESENDE, 2010);

Dito isso, pode-se dizer que além de ter sido a terceira fase da institucionalização do esporte como ferramenta de política externa e de *soft power* do Brasil, a CGCE constituiu o primeiro fórum de discussões referente às questões da Copa de 2014. Isso porque se fazia necessário incluir na agenda da diplomacia brasileira, como os megaeventos esportivos poderiam ser utilizados de forma a trazer ganhos para a imagem internacional do País – os Jogos Pan Americanos ajudaram no desenvolvimento dessa consciência. Isso fica claro com a mensagem expressa no site oficial do Itamaraty sobre a cooperação esportiva pregada pela CGCE:

Por criar laços com outras nações e contribuir para a projeção da imagem do Brasil, o esporte é um instrumento de política externa. O Itamaraty emprega a cooperação nessa área como ferramenta para fortalecer parcerias diplomáticas e para contribuir para a atração e para a realização de megaeventos esportivos no Brasil (MRE, 2018, p. 01).

Nessa descrição de cooperação esportiva, fica claro que o objetivo da CGCE era utilizar o esporte e, especificamente, os megaeventos esportivos, para propiciar ganhos, em termos de *soft power*, para o Brasil. A Copa do Mundo seria, então, um dos meios pelos quais seria possível incrementar o *soft power* brasileiro, ademais de representar um ganho em termos de atratividade para o País. O objetivo aqui era fazer com que o poder atrativo do país crescesse, elevando diretamente seu *soft power* (NYE, 2004). Fica comprovado aqui o argumento segundo o qual os megaeventos esportivos podem ser ferramentas de *soft power* para os países, assim como discutido por J. Grix e B. Houlihan (2013).

A projeção do país também era elemento presente entre os objetivos almejados pela diplomacia brasileira nessa fase inicial. Em entrevista ao pesquisador Rômulo Reis (2017) quanto ao interesse do governo brasileiro em sediar a Copa de 2014, Orlando Silva afirmou que:

[..] Tinha uma visão do Presidente Lula no projeto chamado *Soft Power do Brasil de projeção no mundo*, do Brasil no mundo, como uma nação de futuro, uma nação multiétnica, uma nação desenvolvida. Quando eu falava que nós éramos a sétima economia do mundo da época, a turma se impressionava, quando falava das reservas cambiais do Brasil, que nós éramos autônomos em hidrocarbonetos, qual era o nosso mercado publicitário, eu percebi que o mundo não conhecia o Brasil, os grandes eventos esportivos permitiram apresentar o Brasil pro mundo [...] (REIS, 2017, p. 51).

Fica claro então que existia um plano intencional da diplomacia brasileira, denominado por Orlando Silva como “*Soft Power do Brasil de projeção no mundo*” referente à utilização do megaevento como ferramenta de promoção da imagem internacional do País. Além disso, a questão dos megaeventos como promotores da imagem internacional de prestígio fica clara, dado que para o entrevistado, os grandes eventos esportivos seriam um cartão de visitas do Brasil para o mundo (GRIX; HOULIHAN, 2013).

Outro elemento que chama atenção na fala de Orlando Silva é o fato de o país querer se projetar como uma nação desenvolvida. Isso mais uma vez nos leva ao desejo de conseguir *status* para ser visto com aceitação e admiração perante à comunidade internacional (ARMER, 1966). Relaciona-se a isso o fato de que os megaeventos esportivos também podem ser usados de forma a conseguir que países emergentes se insiram na lógica econômica mundial. Isso porque por estarem mais “visíveis” no cenário internacional, os países conseguem passar uma imagem de confiabilidade para os outros, acelerando sua aceitação na dinâmica econômica mundial. Pode-se falar por último, que os megaeventos esportivos também podem gerar ganhos para os países sedes, tanto em termos de investimentos externos quanto em parcerias econômicas (GRIX; HOULIHAN, 2013).

O último passo do governo Lula em termos procedimentais foi criar, em 14 de janeiro de 2010, o Comitê Gestor da Copa do Mundo (CGCOPA) ou GECOPA⁴⁷. O comitê era gerido pelo Ministério do Esporte e tinha como principais atribuições definir, aprovar e supervisionar as diretrizes previstas no Plano Estratégico de ações do Governo brasileiro para a realização da Copa de 2014⁴⁸. Diversos ministérios estavam ligados ao comitê, ademais da Advocacia-Geral da União, Controladoria Geral da União e Secretaria Especial de Portos da Presidência da República.

⁴⁷ Decreto presidencial que criou o CGCOPA disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/dnn/dnn12391.htm>.

⁴⁸ Plano disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/editoria/esporte/2012/07/divulgado-planejamento-estrategico-para-copa-do-mundo-2014/plano-estrategico-para-copa-2014/view>>.

Na descrição do CGCOPA, no site oficial da Copa de 2014, fica claro que o grupo teria como umas das diretrizes a promoção da imagem do País ao dizer que “o Brasil tem um nome a zelar no momento que o grande evento [a Copa de 2014] atrairá as atenções mundiais. O Governo Brasileiro está consciente disso e já está tomando todas as providências para que o evento seja um sucesso marcante, para o Brasil e para o mundo” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010, p. 01). Com isso, observa-se que no Governo Lula, foram formulados os primeiros objetivos da política externa do País para a Copa de 2014. A partir de agora, este trabalho tratará de identificar como se deu a implementação desses objetivos, exaltados nos discursos dos membros da diplomacia brasileira aqui vistos, durante o Governo Rousseff.

4.4 A COPA DAS COPAS (2011-2014): A COPA DE 2014 COMO FERRAMENTA DE *SOFT POWER* E PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

Nesta seção serão expostos alguns documentos e discursos da diplomacia brasileira que permitem falar em uma implementação da política externa brasileira voltada para a Copa de 2014 no Governo Rousseff. Primeiramente, identifica-se o esforço brasileiro, em 2011, para estabelecer parcerias internacionais – principalmente com a China e a Rússia – concernentes à realização de megaeventos esportivos, visando a troca de experiências mútuas entre os países. Esse primeiro passo da política externa do Governo Rousseff foi comprovado por meio da ratificação brasileira ao Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva entre o Ministério dos Esportes da República Federativa do Brasil e a Administração Geral de Esportes da República Popular da China⁴⁹ e à Declaração Conjunta por ocasião da V Reunião da Comissão Russo-Brasileira de Alto Nível de Cooperação (MRE, 2011a; MRE, 2011b)⁵⁰.

Argumenta-se, também, que nesse período foi implementado o plano de promoção do Brasil que seria utilizado no megaevento esportivo. Tal premissa é sustentada pelo documento oficial intitulado “Plano de Promoção para a Copa: A Copa do Mundo FIFA 2014 como Plataforma de Promoção do País”, lançado em 2012 pelo

⁴⁹ Documento completo em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2565-atos-assinados-por-ocasio-da-visita-da-presidenta-dilma-rousseff-a-republica-popular-da-china-pequim-12-de-abril-de-2011#ato6>>.

⁵⁰ Documento completo em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2611-declaracao-conjunta-assinada-por-ocasio-da-v-reuniao-da-comissao-russo-brasileira-de-alto-nivel-de-cooperacao-moscou-17-de-maio-de-2011>>.

GECOPA, segundo o qual a diplomacia brasileira assume a intencionalidade presente nos discursos da equipe do Governo Lula. Isso porque, no documento, fala-se que o objetivo brasileiro em sediar o megaevento esportivo é agregar novos atributos à imagem internacional do País. Os atributos mencionados são referentes, principalmente, à economia em destaque, à estabilidade do regime democrático, à justiça social e à cultura de paz e indulgência do povo brasileiro (PLANO DE PROMOÇÃO, 2012, p. 02).

Em vista disso, esta subseção se iniciará com a apresentação dos esforços brasileiros em prol do desenvolvimento da cooperação esportiva com outros países. Em seguida, será abordado o plano de promoção brasileiro, argumentando que o Governo Rousseff buscava utilizar a Copa de 2014 como ferramenta de *soft power* e projeção internacional. Por fim, se encerrará com as considerações finais acerca das ações da política externa brasileira durante os anos 2006 e 2014 e as conclusões que podem ser extraídas delas.

4.4.1 O estabelecimento da cooperação esportiva: megaeventos esportivos como promotores de cooperação

Ao assumir o governo brasileiro, em 1º de janeiro de 2011, Dilma Rousseff deu continuidade às primeiras concepções de política externa formuladas no Governo Lula. Um dos passos elementares foi estabelecer, de forma concreta, a cooperação esportiva do Brasil com outros países. O objetivo, como já visto na subseção anterior, era firmar parcerias diplomáticas como forma de aumentar o poder atrativo do país para a realização de megaeventos esportivos (MRE, 2008). Isso, então, foi concretizado nos primeiros anos do Governo Rousseff por intermédio da ratificação de memorandos e declarações internacionais no ramo da cooperação esportiva (MRE, 2011a; MRE, 2011b). Observa-se, então, que nesse momento começava a implementação da política externa brasileira para a Copa, como forma de concretizar as intenções de promover a imagem internacional do País e incrementar seu *soft power* pensadas no governo anterior.

A primeira parceria foi concluída em 12 de abril de 2011, como resultado da visita da presidente Rousseff à República Popular da China (MRE, 2011a). Na ocasião, os países ratificaram um memorando de entendimento em várias áreas, tais como defesa, tecnologia, recursos hídricos, indústria e comércio. Entre elas, destaca-se o memorando de entendimento firmado concernente à cooperação esportiva entre os dois países. De acordo com esse, Brasil e China se comprometiam a promover relações de cooperação,

entendimento mútuo e amizade entre os atletas de ambos os países, o que incluía a necessidade de estimular as “organizações de esportes [nacionais] para todos a estabelecer contatos diretos para fortalecer intercâmbio e cooperação mútuos” (MRE, 2011a, p. 01).

Outra pauta trazida pelo memorando diz respeito à cooperação esportiva no sentido de compartilhar as experiências anteriores de ambos os países na organização de megaeventos esportivos. Segundo o memorando,

Ambas as Partes fortalecerão a cooperação na preparação e organização dos Jogos Olímpicos. A China sediou os Jogos Olímpicos de Beijing em 2008 e sediará os Jogos Olímpicos da Juventude de Nanjing 2014. O Brasil sediará a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016. Ambas as Partes se comunicarão e cooperarão na preparação e organização dos principais eventos esportivos internacionais, compartilharão conhecimento e experiência relevantes e proverão uma à outra a assistência possível para a preparação de suas delegações nos Jogos (MRE, 2011a, p. 01).

Com base nessa cláusula, é possível observar o interesse brasileiro em obter informações relevantes com os chineses acerca dos megaeventos esportivos sediados pelo país, principalmente referente aos Jogos Olímpicos de Beijing em 2008. Isso porque, na época, era esse o único megaevento esportivo já sediado pela China, sendo os Jogos Olímpicos da Juventude de Nanjing posteriores – sediados pela China em 2014. Além disso, como foi visto na seção 3, os chineses almejavam por meio de Beijing 2008 promover a imagem internacional do país como uma potência em ascensão, tentando mitigar a imagem de país não pacífico existente no imaginário internacional da época (DUARTE, 2012; SINGH, 2006). Nesse sentido, é compreensível o interesse brasileiro na parceria esportiva com a China, visto que também era objetivo da diplomacia brasileira utilizar a Copa de 2014 para projetar a imagem internacional do País – ainda que para fins distintos aos dos chineses.

Além disso, China e Brasil, pelo menos na época que sediaram grandes eventos esportivos, eram considerados países em desenvolvimento, contemplando a ideia expressa na Tabela 1, segundo a qual os países emergentes se destacam na sediação de megaeventos esportivos desde 2008 (GRIX; LEE, 2013, p. 524). Nesse sentido, a cooperação esportiva firmada entre o governo brasileiro e o governo chinês reflete o interesse do primeiro em aprender a utilizar os megaeventos esportivos como ferramentas para incrementar o *soft power* nacional com o exemplo do último (GRIX; LEE, 2013). Isso se explica pelo fato de que ambos os países tiveram a intenção de usar a sediação

desses megaeventos promover a sua imagem internacional, aumentando o seu poder atrativo, sendo a cooperação esportiva uma das formas utilizadas pelo Brasil para incrementar a realização da Copa de 2014 no País (MRE, 2011a).

A troca de experiência na sediação de megaeventos esportivos também se fez presente na declaração conjunta assinada pelo vice-presidente da república do Brasil, Michel Temer, por ocasião da V Reunião da Comissão Russo-Brasileira em 17 de maio de 2011. Na oportunidade,

As Partes destacaram a importância de dinamizar a troca de experiências na organização de grandes eventos esportivos, no contexto da realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Inverno, em Sochi, 2014; da Copa do Mundo de Futebol FIFA, no Brasil, em 2014; dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, no Rio de Janeiro, em 2016; e da Copa do Mundo de Futebol FIFA, na Rússia, em 2018. Para esse fim, as Partes manifestaram sua disposição de celebrar, no mais breve prazo possível, Memorando de Entendimento e Cooperação em Matéria de Governança e Legados Relativos à Organização de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, e aprovar Programa Conjunto de Atividades em Esportes Olímpicos para 2011-12, com previsão de realização de treinamentos conjuntos, seminários, intercâmbio e estágios de treinadores e convites para participação de atletas da outra Parte em competições esportivas internacionais (MRE, 2011b, p. 01).

Nesse trecho observa-se que foram determinadas medidas mais concretas quanto ao intercâmbio de experiências na sediação de megaeventos esportivos, em comparação ao memorando assinado com a China. Na declaração conjunta entre Brasil e Rússia, foi estabelecida a realização de treinamentos conjuntos, seminário, estágios de treinadores e participação de atletas da outra parte nas competições sediadas pelos países. Aqui, fica claro que o objetivo vai além de compartilhar experiências quanto à realização dos megaeventos, objetiva-se, também promover a troca de conhecimentos esportivos entre os atletas, promovendo um aumento da qualidade técnica desses.

É notório, portanto, que no primeiro ano do Governo Rousseff foram estabelecidas as bases concretas para a implementação da cooperação esportiva do Brasil. Foi possível colocar em prática o objetivo incorporado pela CGCE de utilizar o futebol como ferramenta de política externa, sendo esse também um promotor de cooperação. Ao promover a cooperação bilateral do Brasil com outros países, observa-se a importância da cooperação esportiva para o incremento do *soft power* brasileiro, dado o aumento da atratividade do Brasil. Agora, faz-se necessário olhar para a implementação concreta do plano de promoção do Brasil, que ocorreu no segundo ano do Governo Rousseff.

4.4.2 A implementação da política externa para a Copa: uma análise do Plano de Promoção do Brasil

A partir de 2012, observa-se uma maior movimentação da diplomacia brasileira rumo à implementação do plano de promoção do Brasil para a Copa de 2014. Isso ficou claro, primeiro, com a sanção da presidente Dilma Rousseff à Lei Geral da Copa⁵¹ em junho de 2012, a qual regulamentava em lei as garantias dadas pelo governo brasileiro à FIFA. Entre as diretrizes que a compunha, estavam as regras gerais referentes à venda de ingressos, a entrada de turistas e os direitos comerciais da transmissão e retransmissão mundial do megaevento esportivo. Esse mecanismo foi o primeiro passo do Governo Dilma na institucionalização das regras gerais pelas quais se baseariam a Copa do Mundo de 2014 no Brasil (PORTAL DA COPA, 2012).

No mesmo ano foi lançado, pelo GECOPA, sob coordenação do Ministério do Esporte, o “Plano de Promoção do Brasil: a Copa do Mundo FIFA 2014 como plataforma de promoção do País⁵²” (PLANO DE PROMOÇÃO, 2012). Logo na introdução do documento, ressalta-se que ele foi resultado da

Consulta e debate com órgãos responsáveis pela promoção da imagem do país, incorporando pesquisas elaboradas em diferentes setores, entrevistas, compilação de informação de diferentes fontes de setor governamental, acadêmico, do mercado e subsídios das cidades sede. Estudou também a experiência de outros países, como África do Sul e Alemanha. Chegou-se, após as reuniões e consultas feitas, a uma estratégia promocional, que será base para uma agenda que se estenderá até 2014 (PLANO DE PROMOÇÃO, 2012, p. 01).

Por esse trecho, fica clara a intersecção entre as agências governamentais brasileiras, que compunham o *petit comité*, para a discussão e elaboração do plano de promoção do país. Justifica-se, então, o modelo de análise escolhido para este trabalho, dado que a política externa do Brasil para a Copa foi resultado de negociações e barganhas administrativas dentro do Estado, com ênfase para o diálogo entre as agências governamentais, a dinâmica dos pequenos grupos e a composição política do País (HUDSON, 2007). Dessa forma, a política externa aparece como um resultado por meio da interação de atores e estruturas em um processo complexo, assim como discutido por Hill (2003).

⁵¹ Lei completa em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112663.htm.

⁵² Plano completo em: http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobre-a-copa/plano_promocao_brasil.pdf.

Ainda em vista desse trecho e da afirmação “a Copa do Mundo da FIFA é uma plataforma excepcional para qualquer país que a sedia” (PLANO DE PROMOÇÃO, 2012, p. 01), percebe-se que a política externa foi considerada, pela diplomacia brasileira, como uma política pública (LAFER, 1987). Isso se explica pelo fato da sediação brasileira da Copa do Mundo de 2014 ser considerada como uma oportunidade externa para conjugar os interesses internos do Brasil, que como visto, era o de promover a imagem internacional do País. Nesse sentido, ao mobilizar diversas agências intergovernamentais e ao formular um plano de promoção, há um claro desejo do Governo brasileiro em utilizar o megaevento esportivo para se projetar internacionalmente. A exemplo, no documento em análise, é delineado em conjunto os pontos positivos para o público nacional e o internacional (PLANO DE PROMOÇÃO, 2012, p. 06-07), ressaltando a concepção de política externa como aquela que traz benefícios internos e contribua para a cidadania, isto é, seja uma política pública (LAFER, 198)

Outro ponto trazido pelo trecho diz respeito ao estudo brasileiro do caso da África do Sul e da Alemanha que sediaram, com sucesso, megaeventos esportivos antes da Copa de 2014. É visível o interesse brasileiro, ao pesquisar o histórico desses países, em utilizar o exemplo deles na formulação da estratégia de promoção brasileira. Além disso, é reforçada no documento a necessidade de se ter uma mensagem que se queira passar por meio do evento, com fins de “reforçar e se consolidar como um país protagonista no mundo de hoje” (PLANO DE PROMOÇÃO, 2012, p. 02). Para isso, é trazido o exemplo de mensagens perpassadas pela Copa do Mundo da África do Sul em 2010, pelas Olimpíadas de Pequim de 2008 e pela Copa do Mundo da Alemanha em 2006, como reproduzido na tabela abaixo

Tabela 3: Mensagens perpassadas por megaeventos esportivos

Mensagem: Como os outros países-sede de grandes eventos esportivos definiram suas mensagens					
País	Evento	Mensagem		Slogan FIFA / COI (tradução livre)	
		Nacional	Internacional		
 Alemanha		Retomada do patriotismo/ orgulho de ser alemão	Uma Alemanha receptiva, divertida	"Tempo de fazer amigos" ("Time to make friends")	Ruptura/ Mudança
 China		China como centro das atenções do mundo	China já é uma das maiores nações do mundo (expansão global)	"Um mundo, um sonho" ("One World, One Dream")	Consolidação/ Confirmação
 África do Sul		Construção da nação onde se quer viver	Construção bem sucedida da nação África (nova democracia)	"Chegou a hora!" ("Ke Nako!")	Construção/ Definição

Fonte: Plano de Promoção (2012, p. 03).

Por meio dessas mensagens, a diplomacia brasileira buscou construir a sua própria mensagem a qual seria perpassada pela Copa do Mundo de 2014. Para tanto, definiu-se como objetivo geral da promoção do Brasil por meio do megaevento esportivo como sendo “a agregação de novos atributos à imagem do País” (PLANO DE PROMOÇÃO, 2012, p. 04). De acordo com o documento, isso se justifica pelo fato de já haverem atributos positivos pelos quais o Brasil é reconhecido internacionalmente, tal como “a de um povo alegre, com estilo de vida único e hospitaleiro, de grande beleza natural e diversidade cultural” (PLANO DE PROMOÇÃO, 2012, p. 04). Contudo, é ressaltado que ainda existem outros aspectos que o Brasil avançava significativamente e ainda não eram reconhecidos como

Sua economia forte e vibrante, a capacidade de inovação, a estabilidade da democracia e da economia, o desenvolvimento com justiça social, o esforço de sustentabilidade e a cultura de paz e tolerância. São, essencialmente, esses atributos que deverão ser trabalhados para que o país avance no processo de construção da imagem que seja mais atual e correspondente ao país complexo, moderno, diverso e protagonista global que o Brasil é hoje (PLANO DE PROMOÇÃO, 2012, p. 05).

Os seis atributos mencionados pelo documento vão de encontro aos ativos intangíveis discutidos por Nye (2004) como fontes primárias do *soft power*. Isso porque

a cultura, os valores políticos e a legitimidade das instituições são elementos necessários para aumentar a atratividade de um país perante à comunidade internacional. Dessa forma, é possível moldar as preferências de outros países, cooptando-os sem a necessidade da coerção, mas pelo aumento do poder atrativo (NYE, 2004, p. 05-06). A Copa do Mundo de Futebol de 2014 seria, então, a plataforma pela qual seria incrementando o *soft power* brasileiro, que objetava se inserir como um País protagonista no cenário internacional (PLANO DE PROMOÇÃO, 2012).

Ao reforçar a economia vibrante, a estabilidade da democracia, a justiça social e a cultura de paz e tolerância, há um esforço brasileiro em perpassar uma imagem internacional de prestígio. Isso porque a conjugação desses atributos contribui para uma noção de pertencimento qualificado do Brasil no sistema internacional, dado que ele não só reafirma sua posição de status, mas corrobora para a manutenção da ordem e das instituições do sistema internacional – democracia e paz (CARVALHO PINTO, 2016; DE CARVALHO; NEUMANN, 2015). Quanto aos outros atributos de uma nação dita de prestígio, ao reforçar a democracia, a paz e as instituições o País se apresenta como um Estado institucional (ALDEN; ARAN, 2012). A justiça social e a cultura de paz se mostram como atributos positivos à imagem internacional do Brasil, o que contribui para que esse seja visto como um bom Estado pelos demais, principalmente em níveis de confiabilidade (MENDELSON, 2009).

Guiado por essas noções, definiu-se, então a mensagem que se queria passar por meio da Copa de 2014. As palavras-chaves para o público nacional eram: desenvolvimento, capacidade, realização, superação, autoestima, união nacional, entre outras (PLANO DE PROMOÇÃO, 2012, p. 08). Ou seja, buscava-se mostrar para a população nacional que o Brasil era capaz de realizar o megaevento e que tinha qualidades que necessitavam ser delineadas. Para o público internacional a ênfase era no desenvolvimento, capacidade, protagonismo, confiabilidade, diversidade, paz, democracia, responsabilidade, inovação, entre outras (PLANO DE PROMOÇÃO, 2012, p. 08). Aqui, percebe-se que o objetivo era passar uma imagem internacional de prestígio. Dado isso montou-se a mensagem brasileira para a Copa do mundo de 2014, tal como representada abaixo

Tabela 4: Construção da mensagem/imagem brasileira para a Copa de 2014

País	Evento	Mensagem		Slogan
		Nacional	Internacional	
 Brasil		Vamos celebrar nossas conquistas e demonstrar nossas capacidades	O Brasil está pronto para encantar o mundo	Definição conjunta com a FIFA
				 Agregar/ Somar

Fonte: Plano de Promoção (2012, p. 09)

Diante dos fatos mencionados, percebe-se a intenção da diplomacia brasileira em utilizar a Copa do Mundo de 2014 para promover a imagem internacional do País e, por conseguinte, desenvolver o *soft power* brasileiro e passar uma imagem de prestígio. O plano de promoção aqui analisado, revela a intenção expressa nos discursos da diplomacia brasileira no Governo Lula, que já preconizavam a utilização do megaevento esportivo como forma de projetar a imagem internacional do País. No Governo Dilma, houve a implementação desse desejo sob forma do estabelecimento da cooperação esportiva com a China e a Rússia e pela elaboração de um plano de estratégia acerca da promoção internacional do Brasil por meio da Copa de 2014.

4.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Ao perpassar pelos discursos e documentos elaborados pela diplomacia brasileira no período compreendido entre os anos 2006 e 2014, observa-se uma clara intenção da referida diplomacia em utilizar a Copa do Mundo de Futebol de 2014 com fins de projetar o Brasil internacionalmente. Essa projeção, refere-se, essencialmente, ao incremento do *soft power* brasileiro e pelo lançamento de uma imagem internacional de prestígio, dado que a Copa de 2014 era considerada como uma plataforma excepcional para dar visibilidade internacional ao País (PLANO DE PROMOÇÃO, 2012). A formulação da política externa voltada para à Copa de 2014 se deu no Governo Lula, por meio das primeiras elaborações dos atributos que se queriam ressaltar por meio do megaevento esportivo. Já sua implementação mais concreta veio no Governo Dilma, que ratificou e trouxe à luz as intenções da diplomacia do governo anterior, dando continuidade a elas.

No Governo Lula (2006-2010) percebeu-se os primeiros movimentos da diplomacia brasileira em prol da utilização da Copa de 2014 como ferramenta de política externa. Mediante uma análise de conteúdo de discurso, foi possível constatar que desde a candidatura até a eleição do Brasil como sede da Copa de 2014, era presente no discurso brasileiro o desejo de utilizar o evento como uma plataforma de promoção. Isso ficou evidente por meio do processo de escolha do Brasil e dos discursos enfáticos do presidente Lula e de outros membros da diplomacia brasileira. Outro fator foi a criação da CGCE e a operacionalização da diplomacia da bola, a qual permitiu falar-se no esporte como ferramenta de política externa no Brasil.

No Governo Rousseff (2011-2014) já foi possível ver um avanço da diplomacia da bola e do esporte no sentido da implementação concreta da promoção da Copa de 2014. Isso foi expresso primeiro com a institucionalização da cooperação esportiva brasileira por meio da ratificação ao Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva com a China e à Declaração Conjunta por ocasião da V Reunião da Comissão Russo Brasileira de Alto Nível de Cooperação (MRE, 2011a; MRE, 2011b). Em seguida houve a elaboração concreta de um plano de promoção do Brasil, o qual definiu que era necessário agregar novos atributos à imagem internacional do País, sendo a Copa de 2014 a oportunidade perfeita para tal.

Ao elencar elementos tais como a economia vibrante, a justiça social, a estabilidade da democracia e a cultura de paz, o plano de promoção brasileiro conjuga as abordagens teóricas elencadas por este trabalho. Isso porque, ao expor esses atributos fica clara a intenção da diplomacia brasileira, de certa forma comprovada – por meio do plano de promoção –, de promover o *soft power* e a imagem internacional do Brasil por meio da sediação da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Ressalta-se desde já que não são objeto deste trabalho os resultados da política externa brasileira para a Copa de 2014, isto é, não se objetiva observar se o plano de promoção realmente atingiu seus intentos. Na verdade, buscou-se entender as intenções da diplomacia brasileira com a sediação do megaevento esportivo.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs a entender quais eram os objetivos internacionalizados pela diplomacia brasileira com a sediação da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Para isso, foi utilizada como marco teórico a relação entre os megaeventos esportivos, o incremento do *soft power* e a projeção de imagem internacional. Foi possível observar que todos esses conceitos estão intrinsecamente relacionados, dado que a sediação de megaeventos esportivos proporciona a um país a oportunidade de promover sua imagem internacional e, conseqüentemente, aumentar o seu poder atrativo. No caso brasileiro, argumentou-se que o País procurou projetar-se, por meio da Copa de 2014, de forma a obter prestígio internacional.

Esse prestígio internacional constitui-se em fomentar o status internacional do país, isto é, de alterar a posição que esse ocupa na hierarquia de poder mundial. Para tanto, é necessário que o país seja visto como “bom” pelos demais Estados, além de demonstrar um pertencimento qualificado ao sistema internacional, promovendo a manutenção da ordem e das instituições vigentes. Em vista disso, observou-se que a sediação de megaeventos esportivos pode ser um mecanismo pelo qual os países possam demonstrar esse pertencimento qualificado, dado que esses grandes eventos atraem a atenção da comunidade internacional como um todo.

Isso se explica pelo fato do marco teórico ter fornecido elementos suficientes para tal afirmação, ademais dos exemplos práticos do Brasil, como também das Olimpíadas de Pequim de 2008 e da Copa do Mundo da África de 2010 apresentados na seção 3. Todos esses eventos comprovaram que os megaeventos podem ser ferramentas úteis para o incremento do *soft power* nacional e para a promoção de imagem internacional. No caso de Pequim, o megaevento foi utilizado de forma a alterar a imagem internacional da China, demonstrando para o mundo a ascensão de uma nova potência mundial. O megaevento sul africano, por sua vez, sinalizou um renascimento da África na seara internacional, na medida em que foi utilizado para mostrar ao mundo uma nova África, no contexto pós-*apartheid*.

O estudo de caso brasileiro, delineado na seção 4, comprovou, a sua vez, a hipótese deste trabalho: a diplomacia brasileira utilizou a Copa do Mundo de Futebol de 2014 com o objetivo de aumentar o *soft power* brasileiro por meio da promoção da imagem de prestígio internacional do País. Isso ficou claro por meio da utilização do método da Análise de Conteúdo de Discurso e da Análise Documental, que revelaram,

por meio de discursos e documentos oficiais da diplomacia brasileira, a intenção dessa em promover a Copa de 2014 como uma plataforma de projeção internacional do País.

A investigação minuciosa dos discursos e dos documentos oficiais da diplomacia brasileira no período compreendido entre 2006 e 2014 possibilitou uma visão clara dos objetivos por detrás da busca governamental pela sediação brasileira da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Primeiro, em uma análise do Governo Lula (2006-2010), ficou comprovada a ideia de utilização da Copa de 2014 como uma proposta de eixo de *soft power* da política externa brasileira, isto é, buscava-se moldar as preferências dos outros Estados, mediante o aumento do poder atrativo do País. Isso pode ser visto, principalmente, nos discursos do então presidente Lula da Silva e do Ministro de Esportes, Orlando Silva, acerca do tema em análise.

Em seguida, observou-se nos documentos oficiais, e essencialmente, no Plano de Promoção do País, a intenção da diplomacia brasileira em promover a imagem internacional do País por meio da sediação do megaevento esportivo. Entendia-se que o Brasil já era reconhecido por suas belezas naturais e seu povo simpático, mas que era necessário reforçar outros pontos que o País tinha avançado e ainda não era reconhecido. Nesse sentido, a promoção foi pensada de forma a agregar novos atributos à imagem internacional do País, sendo eles: a economia forte e vibrante, a estabilidade da democracia, a justiça social e a cultura de paz.

É possível afirmar, então, que o objetivo geral pretendido por este trabalho foi atingido: ao enumerar os atributos supracitados, observa-se que a diplomacia brasileira enxergava na sediação da Copa de 2014 a oportunidade perfeita de projetar-se internacionalmente. Essa projeção foi incorporada pela diplomacia desde 2006 até 2014, com a sediação propriamente dita do evento. Se a realização da referida Copa atingiu ou não os objetivos almejados, é tema para um trabalho de pesquisa posterior, que se almeja desenvolver⁵³. De fato, o que se observou é que os megaeventos esportivos são importantes plataformas para o exercício do *soft power* e para a projeção internacional dos países, sendo necessária então, uma maior atenção dos governos para a ascensão do esporte como elemento de importância na seara internacional.

⁵³ Não se pode negar a natureza perversa dos megaeventos esportivos, os quais podem, em determinadas condições, provocar um efeito negativo para o país-sede. Como trabalhou-se na dimensão intencional, tal aspecto não foi delineado no presente trabalho.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA EFE. **Cronologia da candidatura do Brasil à Copa do Mundo de 2014**. 2006. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/qualidade-de-vida-sc/19,0,1662987>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

ALDEN, Chris; ARAN, Amnon. **Foreign policy analysis: new approaches**. London and New York: Routledge, 2012.

ALCHETRON. **Copa América**. 2007. Disponível em: <<https://alchetron.com/2007-Copa-Am%C3%A9rica>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

ALLISON, Graham; ZELIKOW, Philip. **Essence of decision: explaining the Cuban Missile Crisis**. 2. ed. New York: Longman, 1999.

ALLISON, L; MONNINGTON, T. Sport, Prestige and International Relations. **Government and Opposition**, v.37, n. 1, 2002, p. 106-134.

AMAZARRAY, Igor. **Futebol: o esporte como ferramenta política, seu papel diplomático e o prestígio internacional**. 69f. Monografia. (Graduação em Relações Internacionais). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2011.

ANDRIOLO, R; GOZZER, T. **Unidas na mesma bandeira! Coreias do Sul e Norte entram juntas na abertura**. Globo Esporte, 2018. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/olimpiadas-de-inverno/noticia/unidas-na-mesma-bandeira-coreias-do-sul-e-norte-entram-juntas-na-abertura.ghtml>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

ARMER, J. A Preliminary Analysis and Measurement of National Prestige. **The Pacific Sociological Review**, v. 9, n. 1, 1966.

AYVAZYAN, L. The country image and international relations: 21st century environment. **21st century**, n. 1, v. 7, 2010.

BARBOSA, I. **A importância dos megaeventos esportivos para a política internacional: a inserção internacional do Brasil**. 53f. Monografia. (Graduação em Relações Internacionais). Universidade Católica de Brasília, 2014.

BAUER, M. Análise de Conteúdo Clássica: uma revisão. *In*: BAUER, M; GASKELL, G. (Eds). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

BBC BRASIL. **Brasil vai ser candidato único a sede da Copa de 2014**. 2003. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2003/030318_copaebc.shtml>. Acesso em: 12 mai. 2018.

_____. **Tensão entre os EUA e a Coreia do Norte**: há razão para temer uma guerra nuclear?. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40885538>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

BEIJING ORGANISING COMMITTEE FOR THE GAMES OF THE XXIX OLYMPIAD (BOCOG). **Preparation for the Games**: New Beijing Great Olympics. Official Report of the Beijing 2008 Olympic Games – Volume III. 2010. Disponível em: <<https://stillmed.olympic.org/Documents/Reports/Official%20Past%20Games%20Reports/Summer/ENG/2008-RO-S-Beijing-vol3.pdf>> Acesso em 20 out. 2014.

BIAZZI, Alessandro; FRANCESCHI NETO, Virgílio. Futebol e política externa brasileira: entre o político-identitário e o comercial. **EF Deportes**. Buenos Aires, v.11, n.104, 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd104/futebol-e-politica-externa-brasileira.html>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

BUBALO, A. **Football Diplomacy Redux**: The 2015 Asian Cup and Australia's Engagement with Asia. Lowy Institute for International Policy, mar. 2013.

BURCHILL, S. et al. **Theories of International Relations**. NY: St. Martins. 2005.

CANÔNICO, L. **Seleção 'gringa' e Dunga patriota comandam publicidade por Copa**. UOL Esporte, 2007. Disponível em: <<https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas/2007/10/29/ult59u134919.jhtm>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

CARLSNAES, W. **The Agency-Structure Problem in Foreign Policy Analysis**. *International Studies Quarterly*, v. 36, n. 3, 1992.

CARR, E.H. **Vinte Anos de Crise 1919-1939**: Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. Brasília: UnB; IPRI. 1981 [1939].

CARVALHO PINTO, Vânia. **Em busca de estatuto**: A participação emirati na missão ISAF- Afeganistão da OTAN. Submetido. 21 p. 2016.

CECHINEL, A *et al.* Estudo/Análise Documental: uma revisão teórica e metodológica. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação [UNESC]**, Criciúma, v. 5, n.1, 2016.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais no Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol. 2, no 46, p. 5-25, 2003.

_____. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo, SP: Saraiva, 2008.

CERVO, A; LESSA, A. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Rev. bras. polít. Int**, vol.57, n. 2, Brasília: 2014.

CHADE, J. **Futebol vira trunfo do governo brasileiro nas relações diplomáticas**. Estadão, seção de Esportes, 15 fev. 2014a.

_____. **A Copa como ela é: A história de dez anos de preparação para a Copa de 2014**. Companhia das Letras, 2014b.

CHEHABI, H. The politics of football in Iran. **Soccer and Society**, v. 7, n. 2-3, 2006.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL [CBF]. **Sobre a CBF**. 2018. Disponível em: < <https://www.cbf.com.br/a-cbf#.WyE05VVKjIU>>. Acesso em: 12 de mai. 2018.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL [COI]. **Sobre o COI**. 2018. Disponível em: < <https://www.olympic.org/the-ioc>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

CORNETET, J. A Política Externa de Dilma Rousseff: Contenção na Continuidade **Revista Conjuntura austral**. Vol. 5. Nº 24. Jun-jul-2014.

CURI, M. **Da rua para a rede: a Copa das Confederações 2013 no Brasil**. Revista do Núcleo de Antropologia urbana da USP. 2014.

DE CARVALHO, Benjamin; NEUMANN, Iver B. **Small States and Status Seeking: Norway's quest for international standing**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2015.

DUARTE, P. Soft China: o caráter evolutivo da estratégia de charme chinesa. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cint/v34n2/a05v34n2.pdf>> Acesso em: 12 de maio de 2018.

ENGERMAN, S. **Olimpíadas e Copa do Mundo: prestígio a que preço?**. Instituto Braudel, 2015.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL [FIFA]. **Brazil Bid Inspection Report for the 2014 FIFA World Cup**. 2007. Disponível em: <https://www.fifa.com/mm/document/affederation/mission/62/24/78/inspectionreport_e_24841.pdf> Acesso em: 12 mai. de 2018.

_____. **Copa do Mundo da África do Sul**. 2010. Disponível em: <<https://www.fifa.com/worldcup/archive/southafrica2010/index.html>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

_____. **Sobre a FIFA**. 2018. Disponível em: < <https://www.fifa.com/about-fifa/who-we-are/>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS [FIPE]. **Copa das Confederações FIFA Brasil 2013: estimativas dos impactos econômicas do evento**. Ministério do Turismo, 2013.

GARCIA, M. COB e Exército fecham acordo para construir “QG esportivo” brasileiro. **Portal Terra**, 2011. Disponível em: <<http://esportes.terra.com.br/jogos-olimpicos/2016/cob-e-exercito-fecham-acordo-para-construir-qg-esportivo->

brasileiro,985fdf54763ba310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

GODOY, A. **Pesquisa Qualitativa**: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas: São Paulo, v. 35, n.3, 1995.

GRIX, J; HOULIHAN, B. **Sports Mega-Events as Part of a Nation's Soft Power Strategy**: The Cases of Germany (2006) and the UK (2012). British Journal of Politics & International Relations, 2013.

GRIX, J; LEE, D. **Soft Power, Sports Mega-Events and Emerging States**: The Lure of the Politics of Attraction. Global Society, v. 27, n. 4, 2013.

GURGEL, A. **A Construção do Legado dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007 na imprensa e a Formação de um Conceito Midiático para Megaeventos no Brasil**. Trabalho apresentado na NP Comunicação Científica, do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2008.

GUIMARÃES, B; AMAZARRAY, I. **O exercício do soft power**: futebol e o caso brasileiro. InterAção, 2011.

HILL,C. **The Changing Politics of Foreign Policy**. Palgrave Macmillan, 2003.

HOLSTI, K. **National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy**. International Studies Quarterly, v. 14, n. 3, 1970.

HUDSON, Valerie M. **Foreign Policy Analysis**: classic and contemporary theory. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2007.

JACOBS, A. Surprising Gold for China Leaves Questions in Its Wake. **The New York Times**, 2008. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2008/08/16/sports/olympics/16relay.html>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

JANIS, I. **Groupthink**: Psychological Studies of Policy Decisions and Fiascoes. Second Edition. New York: Houghton Mifflin, 1982.

KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and Interdependence**. 2nd ed. NY: Harper Collins. 1989.

KIM, Y. Does prestige matter in international politics? **Journal of International and Area Studies**, v. 11, n. 1, 2004.

KNOTT, B *et al.* **The role of sport mega-events in nation-branding**: the case of South Africa and the 2010 Fifa World Cup. 2017.

KUPER, S. **Ajax, the Dutch, the War**: Football in Europe During the Second World War. Londres, Orion, 2003.

LAFER, Celso. Novas Dimensões da Política Externa Brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, nº 3, 1987.

LEE, CK *et al.* The Impact of a Sport Mega-Event on Destination Image, *International Journal of Hospitality & Tourism Administration*, v. 6, n. 3, 2005.

LEPP, A; GIBSON, H. **Reimagining a nation**: South Africa and the 2010 FIFA World Cup. *Journal of Sport & Tourism*, v. 16, n. 1, 2011.

LIMA, A. **Copa da cultura**: o campeonato mundial de futebol como instrumento para a promoção da cultura brasileira no exterior. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

LULA DA SILVA, **Luiz Inácio, Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Jogo da Paz entre Brasil e Haiti, 2004.**

Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

_____. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, acerca da Copa das Confederações, 2007.** Disponível em:

<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

_____. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014.** 2007.

Disponível em:< <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/30-10-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-anuncio-do-brasil-como-sede-da-copa-do-mundo-de-2014>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

MAGADLA, S. **The Uberdiplomat**: Thabo Mbeki's African Renaissance and South Africa soccer World Cup 2010. Artigo apresentado no encontro anual do NCOBPS, Doubletree Hotel-Buckhead, Atlanta, GA, 2014.

MANZUR, T. **Opinião Pública e Política Exterior do Brasil (1961-1964)**. Curitiba: Juruá, 2009.

MENDELSON, B. English School, American Style: Testing the Preservation-seeking Quality of the International Society. **European Journal of International Relations**. Vol. 15, No. 2, p. 291-318. 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Jogos Mundiais Militares – Rio 2011**. 2018. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/esporte/projeto-atleta-de-alto-rendimento/jogos-mundiais-militares>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES [MRE]. **Atos assinados por ocasião da Visita da Presidenta Dilma Rousseff à República Popular da China**. 2011a.

Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2565-atos-assinados-por-ocasio-da-visita-da-presidenta-dilma-rousseff-a-republica-popular-da-china-pequim-12-de-abril-de-2011>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

_____. **Declaração Conjunta assinada por ocasião da V Reunião da Comissão Russo-Brasileira de Alto Nível de Cooperação.** 2011b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2611-declaracao-conjunta-assinada-por-ocasio-da-v-reuniao-da-comissao-russo-brasileira-de-alto-nivel-de-cooperacao-moscou-17-de-maio-de-2011>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

_____. **Cooperação esportiva.** 2018. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3688-cooperacao-esportiva>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Copa 2014.** Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/futebol-e-direitos-do-torcedor/copa-2014>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

MORGENTHAU, H. **A Política entre as Nações.** Brasília: UnB. IPRI. 1955.

NINIO, M. Nacionalismo marca volta da Copa ao país após 57 anos. **Folha de S. Paulo**, 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk3110200702.htm>>. Acesso em: 12 mai. de 2018.

NYE, J. **Soft power: the means to success in world politics.** New York: PublicAffairs, 2004.

_____. The Olympics and Chinese Soft Power. **Foreign Policy.** 2006. Disponível em: https://www.huffingtonpost.com/joseph-nye/the-olympics-and-chinese_b_120909.html. Acesso em: 12 mai. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Sobre a ONU.** 2018. Disponível em: <<http://www.un.org/>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

PASSOS, P. **Legado da Copa-10 - Parte 5: O que a África do Sul pode ensinar ao Brasil.** Disponível em: <<https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/03/18/legado-da-copa-2010-o-que-a-africa-do-sul-pode-ensinar-ao-brasil.htm>> Acesso em: 12 mai. 2018.

PLANO DE PROMOÇÃO. **Plano de Promoção do Brasil: A Copa do Mundo FIFA 2014 como plataforma de promoção do País.** Ministério do Esporte, 2012. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobre-a-copa/plano_promocao_brasil.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2018.

PORTAL DA COPA. **Presidenta Dilma Rousseff sanciona Lei Geral da Copa.** 2012. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/presidenta-dilma-rousseff-sanciona-lei-geral-da-copa>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

_____. **A Copa de 2014.** 2014. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/a-copa-de-2014>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

- PRAÇA, A. **Copa de 2014 e a África do Sul 2010**: legado no bolso da Fifa e seus parceiros. Disponível em: < <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-1765234390.pdf>> Acesso em: 12 de maio de 2018.
- REIS, R. **Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014**: gestão e legados da candidatura ao pós-evento. 321f. Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.
- RESENDE, C. O Esporte na Política Externa do Governo Lula: o importante é competir?. **Revista Meridiano** 47, vol. 11, n. 122, 2010.
- RITCHIE, J.; SMITH, B. The impact of a mega-event on host region awareness: A longitudinal study. **Journal of Travel Research**, v. 30, n.1, 1991.
- ROCHA, D; DEUSDARÁ, B. Análise de Contéudo e Análise de Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **ALEA**, v.7, n. 2, 2005.
- ROCHE, M. Mega-Events and Urban Policy. **Annals of Tourism Research**, v. 21, n. 1, 1994.
- SENHORAS, E. Esporte, Relações Internacionais e a diplomacia esportiva brasileira. **Revista Mundorama**, v.1, n.1, 2014.
- SHIMBORI et al.. Measuring Nation's Prestige. **American Journal of Sociology**, vol. 69, n. 1, 1963.
- SHIRER, W. **The rise and fall of the Third Reich**. New York, Simon & Schuster, 1960.
- SILVA, Flávia. **Percepções da Opinião Pública com relação à Política Externa do Governo Dilma**: uma análise. Artigo apresentado como parte do Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília. 2015.
- SINGH, B. China, **India and the race for soft power**. Institute of Peace and Conflict Studies. 2006. Disponível em: <<https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/03/18/legado-da-copa-2010-o-que-a-africa-do-sul-pode-ensinar-ao-brasil.htm>>. Acesso em: 12 mai. 2018
- SMITH, Steve; HADFIELD, Amélia; DUNNE, Tim. **Foreign Policy**: theories, actors, cases. Oxford: Oxford University Press, 2012, 2nd edition.
- SUPLICY, M. O soft power brasileiro. **Folha de S. Paulo**, 2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/95343-o-quotsoft-powerquot-brasileiro.shtml?loggedpaywall>>. Acesso em: 12 mai. 2018.
- TAYLOR, T. Sport and International Relations, in Allison, Lincoln (ed.), **The Politics of Sport**, Manchester, Manchester University Press, 1986.

TONON, H. **Retrospectiva de 2010**: a Copa do Mundo que não foi ao ar. Universidade do Futebol, 2010. Disponível em: <<https://universidadedofutebol.com.br/retrospectiva-de-2010-a-copa-do-mundo-que-nao-foi-ao-ar/>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

VASCONCELLOS, D. **Esporte, poder e relações internacionais**. 3. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

VIGEVANI, T; CEPALUNI, G. **A política externa de Lula da Silva**: a estratégia da autonomia pela diversificação. Contexto Internacional, v. 29, n. 2, 2007.

WALTZ, K. The Origins of War in Neorealist Theory. **Journal of Interdisciplinary History**. Vol. 18, No. 4, Spring, p. 615-628. 1979.